



RELATÓRIO



BRASÍLIA,
2026



Imagem: Mesa de abertura 4º Encontro Nacional sobre Formação de Extensionistas e Agentes de Ater. Fonte: Acervo ERA

4º ENCONTRO NACIONAL SOBRE FORMAÇÃO DE EXTENSIONISTAS E AGENTES DE ATER



Imagem: Registro dos participantes no 4º encontro nacional. Fonte: Acervo ERA

Relatoria do 4º Encontro Nacional sobre Formação de Extensionistas e Agentes de Ater

Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira
**Ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura
Familiar**

Eric Sousa Moura
**Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento
Agrário e Agricultura Familiar**

Vanderley Ziger
Secretário da Agricultura Familiar e Agroecologia

Marenilson Batista da Silva
**Diretor do Departamento de Assistência Técnica e
Extensão Rural**

Cecília Tayse Muniz Teixeira
**Coordenadora-Geral de Formação, Construção do
Conhecimento e Fomento à ATER**

Manoel José Diniz Mendonça
Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão da PNATER

Comissão Organizadora

GT Formação Comitê Permanente de Ater do Condraf

- Rede Ater Nordeste de Agroecologia
- Cenater
- Irpaa
- Asbraer/Emater-RN
- CGAN-Ministério da Saúde
- Faser
- Anater
- Dater-SAF-MDA
- UnB (convidada)

Público: Representações de organizações parceiras do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): Anater, Asbraer, Faser, Embrapa, Finep, Universidades, Institutos Federais, Movimentos Sociais, Ministérios e outros órgãos federais, Comitê Permanente de Ater do Condraf e as Superintendências Estaduais do MDA.

Relatoria: Projeto ERA – Extensão Rural e Agroecologia/UnB: César Adriano de Souza Barbosa, Jéssica Rodrigues Pereira, Nina Paula Laranjeira, Thábata Bezerra.

Data: entre os dias 10 e 12 de junho

Local: Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da CONAB

Brasília - 2026

1º DIA (10.06) - QUARTA-FEIRA

MANHÃ

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Formação em Ater: leitura de realidade e construção de referenciais

Coordenação: Cecília Thayse - Coordenadora-Geral de Formação, Construção do Conhecimento e Fomento à Ater (Dater/SAF/MDA)

Construção do Marco de Referência e implicações para a Pnater

Marenilson Batista – Dater/MDA

Marenilson Batista iniciou sua exposição propondo uma reflexão orientadora para os três dias de encontro: “O que ainda falta fazer?”. Segundo ele, embora o governo esteja em seu quarto ano e importantes avanços tenham sido alcançados, é necessário identificar os desafios ainda existentes e definir os próximos passos para fortalecer a formação em Ater.

Apresentou um panorama da construção dos quatro encontros nacionais de formação, realizados desde 2024 em parceria com universidades, institutos federais, Embrapa e outras instituições. Destacou que esse processo busca consolidar uma formação alinhada aos princípios da agroecologia, da inclusão social e da valorização da diversidade de agricultoras(es) familiares, mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais.

Ao abordar a Pnater, lembrou que a política define a Ater como um processo de educação não formal e continuada, voltado ao fortalecimento da gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades da agricultura familiar. Também destacou sua inserção no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, no âmbito do Programa Agricultura Familiar e Agroecologia, que tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, promover a produção de alimentos saudáveis, reduzir desigualdades e contribuir para a segurança alimentar e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Em seguida, apresentou os dois objetivos estratégicos do PPA relacionados à Ater. O primeiro, Objetivo Estratégico 1.03, refere-se à ampliação do acesso aos serviços de assistência técnica para agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais públicos da agricultura familiar, estando diretamente vinculado às ações executadas pela Anater.

O segundo, Objetivo Estratégico 1.04, concentra-se na formação de agentes de Ater, contemplando ações voltadas à atualização de conhecimentos, ao aprimoramento de abordagens metodológicas e à qualificação dos serviços ofertados em consonância com os princípios e diretrizes da Pnater. Nesse eixo inserem-se as universidades, institutos federais, Embrapa e demais instituições parceiras responsáveis pelos processos formativos. Ressaltou que essa formação é condição essencial para consolidar uma Ater agroecológica, inclusiva e comprometida com a redução das desigualdades.

Segundo Marenilson Batista, o presente encontro tem como objetivo sistematizar as experiências de formação desenvolvidas no país, promover o intercâmbio entre instituições e construir, de forma colaborativa, as bases conceituais, metodológicas e institucionais de uma Escola Nacional de Formação de Agentes de Ater. Destacou que o Brasil possui experiências consolidadas em extensão rural que precisam ser sistematizadas e fortalecidas.

Entre os principais objetivos específicos do encontro, destacou o mapeamento das experiências de formação, a análise das metodologias utilizadas, a identificação de referenciais comuns, o fortalecimento das redes de formação e a produção de subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Também ressaltou que as discussões acumuladas nos encontros já vêm influenciando a formulação das chamadas públicas da Anater e das ações do MDA, incorporando diretrizes como a agroecologia, a integração com políticas públicas de segurança alimentar e inclusão produtiva e critérios mínimos de participação, garantindo a presença de mulheres, jovens e equipes técnicas mais representativas.

Ao concluir, enfatizou que muitas das experiências em desenvolvimento ainda estão em processo de construção e, por isso, defendeu a ampliação dos registros, da sistematização e da produção escrita sobre essas iniciativas. Reafirmou a expectativa de que o encontro contribua para consolidar uma estratégia nacional de formação e fortalecer a construção da Escola Nacional de Formação de Agentes de Ater.

Programa Da Terra à Mesa/MDA

Antônia Geane Bezerra – Coordenadora do Programa Da Terra à Mesa

Antônia Geane Bezerra apresentou o processo formativo desenvolvido no Programa Da Terra à Mesa, destacando que a iniciativa reúne 55 organizações da sociedade civil com diferentes trajetórias, metodologias e formas de atuação. Segundo ela, o principal desafio é construir editais que estabeleçam diretrizes comuns para a formação, sem comprometer a autonomia das organizações nem desconsiderar as especificidades dos territórios.

Explicou que o programa é executado por meio do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Mrosc), que permite às entidades definirem suas estratégias metodológicas a partir dos objetivos gerais estabelecidos pelo edital. Assim, o governo orienta os resultados esperados, enquanto as organizações adaptam as ações às realidades locais.

Criado em 2024, o Programa Da Terra à Mesa articula estruturação produtiva, assessoria técnica agroecológica e formação de agentes de transição agroecológica, buscando fortalecer a produção de alimentos saudáveis, a agroecologia e a inclusão socioproductiva. Diferentemente da Ater continuada, a assessoria técnica prevista no programa está vinculada à implantação e ao acompanhamento dos projetos financiados.

Geane destacou que o programa dialoga com referenciais como a Pnater, o Planapo e o Programa Mais Alimentos, integrando, em um mesmo edital, ações de formação, fomento produtivo e assessoria técnica. Na segunda edição, foram priorizados temas como sistemas agroflorestais, sementes agroecológicas, bioinsumos e produção animal agroecológica, além de ações relacionadas ao manejo do solo e da água, quintais produtivos e uso de equipamentos apropriados.

Apresentou ainda os resultados das duas primeiras edições: em 2024 foram investidos R\$35 milhões em dez organizações; em 2025, aproximadamente R\$165 milhões contemplaram 47 organizações. Também destacou uma mudança importante entre as edições: enquanto inicialmente apenas parte das famílias recebia recursos de estruturação produtiva, a segunda edição passou a garantir esse apoio a todas as famílias atendidas.

Ao abordar o eixo da formação, explicou que os editais preveem intercâmbios, formação de agentes de transição agroecológica e ações voltadas ao acesso às políticas públicas. Ressaltou que esses agentes podem ser agricultores(as), jovens, extensionistas, educadoras(es) populares, técnicos(as) ou pesquisadores(as), ampliando o conceito de formação para além dos profissionais de Ater.

As metodologias mais utilizadas pelas organizações incluem oficinas, cursos, capacitações práticas, intercâmbios, dias de campo, pedagogia da alternância, educação popular, diagnósticos participativos, unidades demonstrativas e estratégias de aprendizagem baseadas na troca de saberes e na construção coletiva do conhecimento.

Por fim, destacou que o programa adota critérios de inclusão que asseguram a participação mínima de 50% de mulheres, 20% de jovens e prioridade para povos e comunidades tradicionais. Concluiu afirmando que os debates do encontro serão fundamentais para aperfeiçoar os próximos editais e fortalecer os processos de formação desenvolvidos pelo Programa Da Terra à Mesa.

Formação em Ater: limites da formação atual e desafios para a Ater pública

Raimundo Ribeiro – Coordenador de Ater e Pesquisa, representando a Faser

Raimundo Ribeiro apresentou a trajetória da Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser), destacando sua atuação na defesa da assistência técnica pública, do fortalecimento das instituições estaduais e da valorização dos extensionistas.

Ao resgatar a história da extensão rural no Brasil, destacou que o modelo inicialmente esteve voltado à difusão tecnológica da Revolução Verde e passou por um processo de desestruturação após a extinção da Embrater, em 1990, com redução dos investimentos federais e enfraquecimento das instituições públicas. Segundo ele, a criação da Pnater e da Anater representou uma retomada das políticas de Ater, interrompida posteriormente e retomada com a recriação do MDA.

Ao discutir a formação dos extensionistas, apontou limites como a fragilidade da coordenação nacional da política, a redução do quadro de profissionais, o envelhecimento das equipes, a precarização das condições de trabalho e a permanência de modelos formativos que não respondem aos desafios contemporâneos, como: mudanças climáticas, agroecologia, Ater digital, inclusão produtiva e desenvolvimento territorial.

Também destacou o distanciamento entre instituições de Ater, universidades e centros de pesquisa, o que dificulta a integração entre ensino, pesquisa e extensão e contribui para o enfraquecimento da identidade extensionista.

Como desafios, defendeu o fortalecimento da presença do Estado na Ater, a recomposição das equipes por meio de concursos públicos, a valorização profissional e a construção de uma política nacional de formação continuada articulada às demandas dos territórios. Ressaltou ainda a necessidade de consolidar o Suater, fortalecer a integração entre instituições de ensino, pesquisa e extensão e reafirmar a Ater pública como instrumento estratégico para a transição agroecológica, a segurança alimentar e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Síntese dos Encontros de Formação em Ater

Flaviane Canavesi – ERA/UnB

Flaviane Canavesi apresentou uma síntese do processo construído desde março de 2024 a partir dos encontros de formação em Ater, destacando que este percurso fortaleceu articulações entre universidades, instituições, projetos e organizações, consolidando uma ampla rede de colaboração. Segundo ela, já existe, na prática, uma escola de formação em Ater em construção, resultado das experiências coletivas desenvolvidas para além dos próprios encontros.

Ao relembrar o contexto de 2023, ressaltou que a reconstrução das políticas públicas ocorreu após um período de desestruturação institucional, exigindo a retomada de espaços de participação, programas e estratégias de atuação. Nesse processo, destacou o papel do MDA na reorganização das políticas voltadas à agricultura familiar e à assistência técnica.

Em seguida, apresentou a evolução dos quatro encontros. O primeiro teve como foco a reconstrução institucional e a integração das iniciativas existentes; o segundo ampliou a participação de diferentes instituições e atores, com a retomada do Condraf e do CP-Ater; o terceiro concentrou-se na consolidação de novas políticas, como o Programa Da Terra à Mesa e os Quintais Produtivos; e o quarto encontro passou a orientar a construção de uma escola nacional de formação em Ater, reunindo os aprendizados acumulados ao longo desse processo.

Flaviane destacou que, ao longo dos encontros, a proposta evoluiu de um plano para uma estratégia nacional, um marco de referência e, agora, para a construção de uma escola baseada na diversidade de experiências existentes no país. Ressaltou que a sistematização das iniciativas permitiu identificar metodologias, temas recorrentes, instituições envolvidas e diferentes formas de organização territorial.

Também enfatizou que a diversidade dos territórios brasileiros exige que a formação considere diferentes realidades sociais, ambientais e culturais, valorizando metodologias adaptadas aos contextos locais. Nesse sentido, apontou a transição agroecológica como principal eixo comum entre as experiências, preservando a autonomia das instituições para definir prioridades conforme seus territórios e públicos.

Outro aspecto destacado foi a importância das redes sociotécnicas, reunindo governo, universidades, Embrapa, instituições estaduais de pesquisa, organizações da sociedade civil e movimentos da agricultura familiar. Segundo ela, a futura escola de formação em Ater deve fortalecer essa articulação entre ensino, pesquisa, extensão e políticas públicas.

Por fim, informou que todos os relatórios produzidos desde 2024 estão disponíveis na página do projeto ERA, constituindo um importante acervo para subsidiar a continuidade dos debates. Encerrando sua apresentação, defendeu que o próximo passo consiste em sistematizar o conhecimento acumulado para orientar a construção coletiva da escola de formação em Ater, destacando também a retomada do Encontro de Professoras e Professores de Extensão Rural como parte desse movimento de fortalecimento da formação extensionista no Brasil.

Referenciais teóricos e pedagógicos para a formação em Ater

José Nunes – UFRPE/ABA

José Nunes iniciou sua exposição destacando que o debate sobre a formação em Ater não é recente. Segundo ele, as discussões atuais representam a retomada de um processo histórico interrompido pela desestruturação das políticas públicas. Assim, a reconstrução em curso não parte do zero, mas do resgate e da reorganização de conhecimentos, experiências e referenciais acumulados ao longo dos anos. Utilizando a metáfora dos vitrais, afirmou que esse processo consiste em construir uma nova proposta a partir dos fragmentos preservados da trajetória anterior.

Como base para essa reflexão, apresentou documentos considerados fundamentais para compreender os referenciais da formação em Ater: a Pnater (2010), o documento *Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de Ater* (MDA, 2010), *Construindo uma Nova Ater* (Anater, 2018) e as cartas produzidas nos encontros do Fórum de Professoras e Professores de Extensão Rural. Segundo ele, esses documentos revelam princípios comuns que atravessam diferentes momentos da política pública, reforçando a proposta de uma escola de formação em Ater como espaço capaz de articular essas experiências e conferir maior organicidade ao processo formativo.

Ao abordar a Pnater, destacou que a política define a Ater como um processo de educação não formal e continuada, fundamentado em metodologias participativas e em uma abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural. Ressaltou que essa perspectiva vem sendo aprofundada pelo projeto Extensão Rural e Agroecologia (ERA), especialmente por meio do diálogo entre conhecimentos científicos, tradicionais e empíricos. Enfatizou ainda que o diálogo de saberes e a construção contextualizada do conhecimento já constituem princípios da própria Pnater, reforçando que os processos educativos devem partir das realidades concretas dos territórios.

Em seguida, destacou que o documento sobre a pedagogia da Ater compreende a extensão rural como uma prática educativa, inicialmente fundamentada na educação e posteriormente enriquecida por contribuições da sociologia, da antropologia e de outras áreas do conhecimento. Explicou que as concepções tradicional e técnico-burocrática correspondem ao que Paulo Freire denominou de educação bancária, baseada na transmissão verticalizada do conhecimento. Em contraste, afirmou que a concepção dialética, inspirada em Freire, compreende educadores e educandos como sujeitos que constroem coletivamente o conhecimento, valorizando processos participativos, trabalho coletivo e aprendizagem mediada pela realidade dos territórios.

Segundo José Nunes, essa perspectiva também reconhece que não existe educação neutra. Assim, a formação em Ater deve assumir uma intencionalidade política comprometida com a transformação da realidade social e com os sujeitos da agricultura familiar.

Recordou que esse movimento já vinha sendo construído desde 2008, com o primeiro Seminário Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural, coordenado por Francisco Caporal, que deu origem aos Fóruns de Professoras e Professores de Extensão Rural. Esses fóruns passaram a defender a superação da formação difusionista e tecnicista, propondo novos referenciais para a formação dos agentes de Ater.

Para José Nunes, um dos principais desafios permanece sendo a distância entre os avanços do debate sobre extensão rural e as mudanças efetivamente incorporadas pelas universidades. Apesar da evolução das discussões acadêmicas e institucionais, muitos currículos continuam fortemente orientados pelo paradigma da Revolução Verde. Por isso, defendeu a revisão crítica desse modelo, substituindo a formação excessivamente especializada por uma perspectiva mais holística, interdisciplinar e comprometida com a complexidade dos territórios e os princípios da agroecologia.

Essa mudança implica reconhecer os territórios como espaços de produção de conhecimentos e abandonar projetos concebidos exclusivamente nos ambientes institucionais. Destacou experiências como a metodologia camponês a camponês, que evidencia o papel do extensionista como mediador dos processos de aprendizagem e valoriza o diálogo entre conhecimentos acadêmicos, tradicionais e aqueles produzidos pelas próprias comunidades.

Ao tratar da formação de agentes de Ater, ressaltou que esses referenciais devem orientar tanto a formação inicial quanto a continuada, defendendo a qualificação permanente de profissionais nas instituições públicas e nas organizações da sociedade civil. Também reconheceu a contribuição histórica dessas organizações para a construção da transição agroecológica no Brasil, destacando que muitas metodologias posteriormente incorporadas pelas instituições públicas surgiram nesse campo de atuação.

Entre os elementos considerados essenciais para a formação, destacou a incorporação dos fundamentos da educação popular, fortalecendo processos educativos baseados na dialogicidade, na contextualização dos conhecimentos e na construção coletiva do saber. Defendeu ainda uma formação inter e transdisciplinar, que incorpore diferentes linguagens e recursos pedagógicos, como música, teatro, poesia, pintura e outras expressões artísticas.

Segundo José Nunes, essa formação deve ocorrer de maneira contínua, abrangendo cursos de curta duração, especializações, mestrados e doutorados, tanto acadêmicos quanto profissionais. Também enfatizou a importância de diversificar os formatos de oferta, articulando atividades presenciais, virtuais e híbridas, e de utilizar metodologias participativas não apenas como instrumentos de trabalho junto a agricultoras(es), mas como princípio da própria formação dos extensionistas.

Outro aspecto considerado fundamental foi a alternância entre momentos de estudo e atividades desenvolvidas nos territórios, articulando teoria e prática extensionista. Além disso, defendeu maior aproximação entre universidades e serviços de Ater, alertando que, sem a revisão dos currículos universitários, continuará existindo um descompasso entre o avanço das discussões nacionais e a formação oferecida a futuras(os) profissionais.

Por fim, destacou que as propostas formativas precisam incorporar temas contemporâneos, como a Ater digital e a agricultura urbana. Embora a Pnater tenha sido concebida prioritariamente para o meio rural, observou que as transformações recentes exigem novos referenciais teóricos e metodológicos capazes de dialogar com o acúmulo histórico da extensão rural e responder às especificidades desses novos contextos de atuação.

Fechamento e análises da mesa - Prof. Ricardo Borsatto – Unicamp/Fórum de Professoras e Professores de Extensão Rural

O professor Ricardo iniciou sua fala retomando a provocação apresentada por Marenilson Batista: "O que ainda falta fazer?". Informou que buscava responder a essa questão a partir das contribuições apresentadas por participantes da mesa, identificando os principais desafios ainda existentes para o fortalecimento da formação em Ater.

Em seguida, afirmou que iniciaria sua reflexão compartilhando algumas considerações que o acompanham há algum tempo e que considera fundamentais para pensar os rumos da formação extensionista.

"Gostaria inicialmente de agradecer o convite para participar deste encontro e parabenizar todas as instituições, equipes e pessoas envolvidas na organização desta iniciativa. Ao ouvir as apresentações desta manhã, uma reflexão me acompanha há algum tempo e que gostaria de compartilhar.

As instituições de ensino têm recebido muitas críticas dos provedores de serviços de extensão rural, sejam eles públicos ou privados. E, a meu ver, na maior parte das

vezes, essas críticas são legítimas. Se nós estivéssemos no lugar deles, provavelmente faríamos as mesmas críticas. Existe uma expressão popular que diz: "farinha pouca, meu pirão primeiro".

Em um contexto no qual a extensão rural ainda luta para ocupar uma posição central dentro da agenda de desenvolvimento rural, competindo por espaço e recursos com temas igualmente relevantes como crédito rural, mecanização, bioinsumos e tantas outras políticas, é natural que surjam disputas em torno dos recursos disponíveis. O orçamento destinado à extensão rural ainda está muito aquém das necessidades do país, e parte desses recursos tem sido destinada às universidades e instituições de ensino para a execução dos projetos que estão sendo apresentados neste encontro.

Gostaria de chamar atenção para esse ponto não porque considere que os recursos destinados às universidades tenham sido excessivos. Muito pelo contrário. Considero que foram insuficientes diante da relevância dos resultados alcançados. Mas é importante que nós, que atuamos nas instituições de ensino, reconheçamos nossa responsabilidade dentro desse contexto de escassez e contingenciamento. Nesse sentido, compreendo a decisão tática adotada pelo MDA e, particularmente, pelo Dater, de operacionalizar diversas iniciativas por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED).

Essa estratégia permitiu rapidez de implementação, mobilização de capacidades já existentes e a execução de ações importantes em um momento de reconstrução institucional do Estado brasileiro. Em um contexto no qual diversas instituições públicas de pesquisa, ciência e formação sofreram processos profundos de desestruturação nos últimos anos — como CNPq, Capes, Finep e tantas outras —, operar por meio das universidades talvez tenha sido o caminho mais viável para retomar rapidamente uma agenda de formação em Ater.

No entanto, essa escolha também produz desafios. O principal deles é a fragmentação. Ao invés de termos uma política nacional estruturada de formação de extensionistas, o que temos atualmente é um conjunto de excelentes projetos.

Projetos inovadores; Projetos comprometidos; Projetos que produzem resultados concretos. Mas que ainda operam de forma relativamente dispersa, pouco articulada e com reduzida capacidade de gerar efeitos sistêmicos e permanentes. Talvez este seja um dos principais desafios que precisamos enfrentar nos próximos anos: transformar experiências exitosas em política pública.

Um segundo aspecto que merece reflexão é a própria natureza das estruturas criadas para executar esses projetos. Apesar da relevância de cada iniciativa que ser apresentada aqui, precisamos reconhecer que as estruturas de execução são, em grande medida, precárias e temporárias.

Uma política nacional de formação e fortalecimento da extensão rural não pode depender permanentemente de TED vinculados a equipes específicas, projetos específicos ou mesmo a determinados professores e professoras. Esses projetos devem ser compreendidos como experiências-piloto, laboratórios de inovação institucional e espaços de aprendizagem coletiva que produzam subsídios para a construção de políticas públicas permanentes.

Não podemos nos contentar em permanecer indefinidamente nessa condição. Sabemos que a combinação entre recursos públicos e professores comprometidos constitui uma das formas mais eficientes de fazer com que populações rurais em situação de vulnerabilidade recebam apoio do Estado. Mas também sabemos que essa não é uma solução estrutural. É uma solução de transição.

Por isso, uma das grandes contribuições deste encontro talvez seja justamente demonstrar o enorme potencial existente na parceria entre instituições de ensino e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Os resultados apresentados mostram que as universidades possuem capacidade instalada, capilaridade territorial, conhecimento acumulado e compromisso social para contribuir de forma decisiva com a reconstrução da extensão rural brasileira. A questão que se coloca agora é como transformar esse potencial em uma estratégia nacional de longo prazo.

Nesse sentido, gostaria de encerrar apresentando algumas sugestões para reflexão. Primeiro, é fundamental construir uma agenda nacional de valorização dos docentes e técnicos das instituições de ensino que atuam na execução de projetos de extensão rural. Isso exige diálogo com o MEC, Andifes, Forproex, institutos federais e demais organizações representativas, buscando consolidar uma estratégia permanente de cooperação entre instituições de ensino e políticas públicas de extensão rural.

Segundo, seria extremamente importante que o MDA realizasse um esforço de sistematização dos aprendizados produzidos por todos os projetos aqui representados. Mais do que prestar contas dos resultados alcançados, trata-se de transformar essas experiências em conhecimento útil para orientar a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas.

Terceiro, acredito que as instituições de ensino devam ser progressivamente mobilizadas para aquilo que fazem de melhor: formar pessoas e produzir conhecimento. Conhecimento que contribua para compreender os desafios da extensão rural contemporânea e para apoiar a construção de políticas cada vez mais eficazes.

Por fim, considero que o país precisa assumir uma agenda muito mais ambiciosa no campo da formação extensionista. Se queremos reconstruir a extensão rural brasileira, precisamos de um Plano Nacional de Formação de Extensionistas Rurais. Um plano capaz de articular universidades, institutos federais, escolas técnicas, movimentos sociais, empresas públicas de extensão rural, organizações da sociedade civil e os diferentes entes federativos.

Um plano que pense a formação inicial, a formação pré-serviço e a formação continuada. Um plano que prepare profissionais para os desafios da agroecologia, das mudanças climáticas, da soberania alimentar, da inclusão produtiva e do desenvolvimento rural sustentável. E é justamente nesse ponto que a proposta de construção de uma Escola Nacional de Extensão Rural ganha enorme relevância. Entendo que não devemos pensar essa Escola apenas como uma instituição responsável por ofertar cursos ou certificações. Se assim for, corremos o risco de criar mais uma estrutura paralela às inúmeras experiências já existentes no país.

A grande oportunidade está em concebê-la como um espaço nacional de articulação, coordenação e inteligência da formação extensionista brasileira. Uma escola nacional de extensão rural pode cumprir o papel de conectar iniciativas hoje dispersas, sistematizar metodologias, produzir referenciais pedagógicos, certificar processos formativos, estimular intercâmbios e fortalecer redes já existentes de formação.

Pode também se constituir como um espaço permanente de diálogo entre governo, universidades, institutos federais, empresas públicas de extensão rural, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e representações dos próprios extensionistas.

Se um dos problemas que identificamos hoje é a fragmentação das iniciativas, talvez a escola nacional de extensão rural possa ser justamente o instrumento institucional capaz de transformar um conjunto de projetos bem-sucedidos em uma verdadeira política nacional de formação. Mas, para isso, será fundamental que ela seja construída de forma participativa, reconhecendo e valorizando os inúmeros acúmulos já produzidos por experiências como as que estão sendo apresentadas neste encontro. O desafio é conectar, potencializar e dar permanência ao que já vem sendo construído.”

Considerações finais – Marenilson Batista – Dater/MDA

Em suas considerações finais, Marenilson Batista retomou o questionamento que orientou a abertura do encontro: "O que está faltando? O que ainda podemos fazer?". Destacou que essa reflexão deveria mobilizar participantes ao longo dos três dias de atividades, contribuindo para a construção coletiva dos encaminhamentos do evento.

Ressaltou que a principal intenção dos encontros é reunir diferentes narrativas, experiências e formas de desenvolver processos formativos, fortalecendo uma formulação coletiva para a formação em Ater.

Por fim, observou que, embora muitos avanços já tenham sido alcançados, permanece um desafio essencial: registrar e sistematizar as experiências construídas. Segundo Marenilson Batista, é necessário escrever, documentar e divulgar de forma mais consistente os conhecimentos produzidos, de modo a fortalecer o acúmulo coletivo e subsidiar os próximos passos da formação em Ater.

TARDE

Apresentação do Programa Da Terra à Mesa

Coordenação: Antônia Geane Costa Bezerra - Coordenadora-Geral de Inclusão
Sócio Produtiva - CGISP/SAF/MDA

O período da tarde foi iniciado com uma breve contextualização do Programa Da Terra à Mesa e a apresentação da plataforma de monitoramento do Programa. Como uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o Programa DTM tem como objetivo a promoção da transição agroecológica e a ampliação da capacidade produtiva de alimentos das organizações da agricultura familiar.

O Programa Da Terra à Mesa está estruturado em diferentes eixos de atuação, contemplando tanto ações de estruturação produtiva quanto iniciativas de formação e assessoria técnica agroecológica. A proposta consiste no investimento mínimo de 60% em itens como equipamentos e insumos, para promover a estruturação produtiva para agricultores(as) familiares. Dois editais foram realizados: um em 2024, no valor de 35 milhões, celebrado entre 10 OSC, e outro em 2025, no valor de 160 milhões, contemplando 45 organizações.

Prontamente, Nicolas Almeida da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa) inicia a apresentação das informações relevantes sobre o funcionamento da plataforma de monitoramento do Programa Da Terra à Mesa, uma ferramenta

desenvolvida para qualificar o acesso às informações geradas pelos projetos apoiados pelo Programa.

Foram apresentados os principais módulos do sistema, incluindo o cadastro das Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA), o registro de atividades, metas, indicadores e demais informações relacionadas à execução dos projetos. Também foram exibidos painéis de monitoramento e visualização de dados, capazes de consolidar informações em tempo real sobre famílias atendidas, perfil dos beneficiários, atividades desenvolvidas e abrangência territorial das ações.

A expectativa é que a plataforma fortaleça a produção de informações qualificadas, apoiando tanto a gestão do programa quanto a realização de pesquisas, estudos e análises sobre os resultados gerados pelo Da Terra à Mesa. A apresentação destacou a importância da sistematização dos dados produzidos pelas organizações, permitindo maior precisão no acompanhamento das ações, na prestação de contas e na demonstração dos resultados alcançados.

Outro aspecto destacado foi a integração da plataforma com mecanismos de identificação dos participantes das ações, utilizando o Cadastro de Pessoa Física (CPF) como referência para qualificação das informações. Segundo os responsáveis pela ferramenta, essa estratégia promove a redução de inconsistências e evita a duplicidade de registros.

Dessa forma, a plataforma passa a oferecer uma base de informações mais consistente e confiável, fortalecendo os processos de monitoramento, avaliação e comunicação dos resultados. Ademais, foi reforçado o convite para que todas as organizações participantes realizem sua adesão à plataforma e participem dos processos de capacitação previstos, de modo a garantir a alimentação contínua do sistema e a consolidação de uma base de dados robusta sobre as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Da Terra à Mesa.

Em seguida, as OSC participantes do Da Terra à Mesa, organizadas pelos eixos temáticos do Programa, iniciaram a apresentação sobre as ações desenvolvidas:

Sistemas Agroflorestais (SAF) Biodiversos

São 11 OSC distribuídas em 19 estados e em aproximadamente 300 municípios. O projeto está presente em todas as regiões. Contemplam aproximadamente 3.700 famílias, sendo essas de agricultoras(es) familiares, assentadas(os) da reforma agrária, atingidas(os) por barragens, cafuzas(os), camponesas(es), capingueiras(os), comunidades tradicionais, extrativistas de pinhão, geraizeiras(os), indígenas, quilombolas, ribeirinhas(os) e vazanteiras(os). Das pessoas contempladas aproximadamente 50% são mulheres e 20% são jovens.

Os objetivos consistem em ampliar o acesso aos alimentos saudáveis, fomentar a transição agroecológica, os sistemas produtivos com certificação orgânica e a produção e o uso de bioinsumos, promover a convivência com as mudanças climáticas nos diferentes biomas brasileiros, incentivar a inclusão socioprodutiva e a intercooperação entre organizações, além de fortalecer organizações comunitárias e mecanismos participativos de garantia da produção agroecológica.

As(os) participantes ressaltaram que esses objetivos refletem uma compreensão integrada da agroecologia, articulando produção de alimentos, conservação ambiental, fortalecimento organizativo e desenvolvimento territorial. Nesse sentido, foi enfatizada a importância da cooperação entre as organizações como elemento estruturante para a ampliação dos impactos do programa nos diferentes territórios de atuação.

As metodologias utilizadas contemplam a educação popular, a agroecologia, a Ater continuada, troca de saberes, aprendizagem na prática, a formação dos agentes de transição agroecológica, unidades de referência na experimentação e demonstração das tecnologias, intercâmbios de saberes, diagnósticos e processos participativos e a valorização dos conhecimentos tradicionais e territoriais.

Em relação aos resultados alcançados, foram compartilhadas experiências iniciais das organizações que já se encontram em estágio mais avançado de execução, especialmente aquelas vinculadas ao edital de 2024. Destacou-se que a maior parte das organizações presentes iniciou suas atividades a partir do edital de 2025 e, por essa razão, ainda se encontra em fase inicial de implementação, o que limita a apresentação de resultados consolidados neste momento.

O principal desafio apontado é a inclusão e o engajamento da juventude rural, identificado como tema transversal e estratégico para a continuidade das iniciativas agroecológicas nos territórios. Já em relação às organizações referentes ao edital 2025, o desembolso das parcelas é um desafio a ser enfrentado. O atraso na chegada do recurso financeiro pode prejudicar a execução das atividades previstas.

No âmbito das discussões sobre os sistemas produtivos apoiados, os participantes enfatizaram a relevância dos SAF biodiversos, compreendidos não apenas como estratégias de integração da produção vegetal, mas também como arranjos capazes de incorporar a produção animal de forma articulada, ampliando a diversidade produtiva e fortalecendo a sustentabilidade dos agroecossistemas. Outro aspecto apontado foi a importância dos investimentos voltados à aquisição de insumos, mudas e sementes, considerados fundamentais para garantir a efetiva implementação das ações junto às famílias agricultoras.

De modo geral, as contribuições evidenciaram expectativas positivas em relação ao potencial de ampliação dos resultados do programa nos próximos anos, especialmente em função da expansão dos investimentos realizados por meio do

edital de 2025 e do elevado grau de comprometimento das organizações na implementação das ações previstas, bem como o potencial de inovação proporcionado pelo programa.

Produção Animal Agroecológica

As seis organizações integrantes do eixo produção animal agroecológica apresentaram uma síntese das ações em desenvolvimento junto à agricultura familiar, destacando iniciativas voltadas à promoção da transição agroecológica em diferentes regiões do país. O eixo reúne organizações atuantes em 11 estados brasileiros, beneficiando diretamente 1.590 famílias.

As experiências apresentadas abrangem diferentes cadeias produtivas da produção animal, incluindo avicultura, bovinocultura leiteira, caprinocultura, suinocultura, piscicultura e meliponicultura. De forma transversal, as ações buscam fortalecer sistemas produtivos sustentáveis, promover a soberania alimentar e ampliar as oportunidades de comercialização para as famílias beneficiadas.

Em relação às metodologias adotadas, destacou-se a utilização de abordagens participativas e da assessoria técnica agroecológica continuada como elementos centrais para o fortalecimento das capacidades produtivas locais. Entre as principais estratégias mencionadas estão: realização de visitas técnicas, dias de campo, oficinas, intercâmbios, reuniões comunitárias e processos formativos voltados ao manejo sustentável dos sistemas produtivos.

As organizações relataram ainda ações relacionadas ao manejo sustentável de pastagens, à nutrição e sanidade animal sob princípios agroecológicos, à integração entre produção animal e sistemas agroflorestais e ao fortalecimento do acesso das famílias às políticas públicas de apoio à produção e comercialização. Nesse contexto, foi ressaltada a importância da articulação com mercados institucionais e programas de compras públicas (PNAD, PAA, PPAIS) como instrumentos estratégicos para a geração de renda e o fortalecimento da agricultura familiar.

No que se refere aos desafios identificados, destacou-se a necessidade de garantir a continuidade da assistência técnica agroecológica para além do período de execução dos projetos, assegurando processos permanentes de acompanhamento e fortalecimento das famílias agricultoras. Também foram apontadas dificuldades relacionadas à comercialização da produção, especialmente em função das exigências sanitárias que incidem sobre produtos de origem animal, bem como da necessidade de ampliar mecanismos de acesso a mercados locais e institucionais.

Outro tema recorrente nas discussões foi o acesso ao crédito rural orientado para a agroecologia. Os(as) participantes destacaram a importância de fortalecer instrumentos específicos de financiamento (Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher,

Pronaf Jovem) e de ampliar a capacitação de agentes envolvidos na análise dos projetos, de forma a favorecer a implementação de sistemas produtivos alinhados aos princípios agroecológicos e a ampliação dos recursos financeiros para essas linhas de crédito.

As mudanças climáticas também foram identificadas como um desafio crescente para a organização produtiva das famílias, exigindo adaptações constantes nos calendários produtivos, no manejo dos sistemas e nas estratégias de convivência com as condições ambientais de cada território.

Embora muitas das iniciativas ainda estejam em fase inicial de execução, as organizações apontaram importantes perspectivas de resultado, incluindo: o fortalecimento da transição agroecológica, a ampliação da resiliência dos sistemas produtivos, o fortalecimento das organizações comunitárias e do cooperativismo, a promoção da inclusão socioproductiva e da segurança alimentar e nutricional, bem como a consolidação de processos permanentes de formação e capacitação nos territórios atendidos.

Bioinsumos

A apresentação do eixo Bioinsumos destacou não apenas os aspectos técnicos das ações em desenvolvimento, mas também sua dimensão política, social e organizativa. Participantes ressaltaram que o Programa Da Terra à Mesa é resultado de um processo histórico de construção coletiva, protagonizado por movimentos sociais, organizações da agricultura familiar e redes agroecológicas, que ao longo das últimas décadas vêm reivindicando políticas públicas voltadas à promoção da agroecologia, da soberania alimentar e do fortalecimento dos territórios rurais.

Nesse contexto, o programa foi reconhecido como uma importante estratégia de fortalecimento das iniciativas agroecológicas, articulando estruturação produtiva, assessoria técnica, formação e organização comunitária. As(os) participantes destacaram que a proposta vai além da adoção de tecnologias específicas, buscando fortalecer processos de autonomia produtiva, construção coletiva do conhecimento e protagonismo das famílias agricultoras, com atenção especial à participação de mulheres e jovens.

Foi enfatizado que os bioinsumos devem ser compreendidos, não apenas como insumos alternativos para a produção agrícola, mas como instrumentos capazes de reduzir a dependência de insumos externos, diminuir custos de produção, ampliar a autonomia das famílias e fortalecer sistemas produtivos mais sustentáveis. Nessa perspectiva, a substituição de insumos convencionais é entendida como parte de

uma transformação mais ampla dos modos de produção, baseada nos princípios da agroecologia, da cooperação e do cuidado com a vida.

As organizações participantes apresentaram a abrangência territorial do eixo, evidenciando a atuação em 12 unidades da federação, atuando em diferentes biomas e contextos socioculturais do país. Foi ressaltado que essa diversidade demonstra a capacidade da agroecologia e é uma alternativa concreta para o desenvolvimento rural brasileiro.

Em relação às metodologias adotadas, destacou-se o uso de processos participativos de construção do conhecimento, incluindo diagnósticos comunitários, mapeamentos participativos, intercâmbios entre agricultoras(es), formação de agentes multiplicadores, mutirões e estratégias de educação popular. Os(as) participantes ressaltaram a importância de fortalecer espaços de troca de saberes e de reconstrução de práticas coletivas nos territórios, valorizando a experiência acumulada pelas comunidades e promovendo processos de aprendizagem horizontal.

As ações previstas no âmbito do eixo incluem: a implantação e o fortalecimento de unidades comunitárias de produção de bioinsumos, quintais produtivos, unidades demonstrativas, sistemas agroflorestais, estruturas de manejo de solo e água, além de iniciativas voltadas à produção de insumos biológicos, homeopáticos e apícolas. Foi destacado que a diversidade de ações reflete a amplitude das estratégias de fortalecimento da produção agroecológica apoiadas pelo programa.

Entre os principais desafios identificados está a necessidade de ampliar e consolidar a oferta de assessoria técnica agroecológica continuada, garantindo acompanhamento permanente às famílias e organizações beneficiadas. Também foram ressaltadas dificuldades relacionadas à estruturação da comercialização dos produtos da agricultura familiar, especialmente daqueles oriundos de sistemas agroecológicos, bem como a necessidade de fortalecer redes territoriais e nacionais voltadas à produção e circulação de bioinsumos e demais produtos da economia solidária.

As discussões evidenciaram ainda que a transição agroecológica deve ser compreendida como um processo contínuo de aprendizagem, adaptação e construção coletiva, envolvendo agricultoras(es), organizações, movimentos sociais, instituições de apoio e poder público. Nesse sentido, participantes reafirmaram a importância da cooperação em rede como estratégia para fortalecer a autonomia dos territórios, ampliar a produção de alimentos saudáveis e consolidar modelos de desenvolvimento rural baseados nos princípios da agroecologia.

Sementes e Mudas

As organizações participantes apresentaram a abrangência territorial deste eixo, evidenciando a atuação em 8 estados distribuídos em quatro regiões do Brasil: norte, nordeste, centro-oeste e sudeste. O foco deste eixo é a valorização, multiplicação e preservação de sementes crioulas (material genético) para garantir soberania alimentar e autonomia.

Em relação às metodologias adotadas, destaque para a camponês-a-camponês, por meio de instrumentos do projeto, capacitações, intercâmbios e criação de corredores agroecológicos para a produção das sementes.

As ações incluem aquisição de equipamentos, a criação de 7 biofábricas, 6 unidades de beneficiamento e bancos de sementes (como 9 bancos em Alagoas geridos pela Cáritas), 1 agroindústria e 1 casa de sementes.

Com relação ao público atendido, foram citados o campesinato, comunidades de povos tradicionais, quebradeiras de coco babaçu, marisqueiros(as), veredeiros(as), ribeirinhos(as), coletores(as) de mangaba, indígenas, quilombolas, enfim, povos e comunidades do campo, sendo 50 % mulheres e 20% jovens.

SAF e Quintais Produtivos Coletivos

Este eixo conta com 15 OSC e atende 7.338 beneficiários, sendo 57% mulheres e 22% jovens. Os quintais são reconhecidos como espaços de resistência, preservação de sementes, organização comunitária e experimentação.

O público atendido abrange a agricultura familiar, povos indígenas, assentadas(os) da reforma agrária, ribeirinhas(os), extrativistas, pescadoras(os) artesanais e atingidas(os) por barragens.

Existe um forte viés na valorização do protagonismo feminino e na divisão justa do trabalho doméstico. “A agroecologia nunca deixou de estar. Ela nasceu nos quintais.”

Máquinas, Equipamentos e Conectividade (Eixo Transversal)

As quatro organizações participantes distribuíram equipamentos em 21 estados, beneficiando mais de 6.500 famílias (2.130 delas diretamente com itens de mecanização). Foram entregues: microtratores, motocultivadores, roçadeiras, bombas solares e insumos.

Os objetivos deste eixo transversal é fortalecer, ampliar e estruturar sistemas produtivos agroecológicos.

A metodologia utilizada parte da construção coletiva de uma visão de futuro para a agricultura familiar, dentro de processos de transição agroecológica, que incluem a mobilização das organizações, a gestão social, o diagnóstico participativo, leituras territoriais, a formação e acompanhamento técnico e agroecológico.

O público atendido integra cooperativas, associações, assentamentos, comunidades tradicionais, extrativistas, quilombolas e indígenas. O maquinário é distribuído sob a ótica da gestão social coletiva (cooperativas e associações), visando facilitar o trabalho no campo e ampliar a produção agroecológica.

MESA DE ABERTURA INSTITUCIONAL

Prof. Vinicius Claudino – UFRN / Fórum de Professoras e Professores de Extensão Rural

Vinicius Claudino destacou a importância dos encontros de formação em Ater como espaços de articulação entre educadoras(es) e instituições comprometidas com a formação extensionista. Em nome do Fórum de Professoras e Professores de Extensão Rural, convidou pessoas presentes a integrarem o coletivo, ressaltando que o próximo encontro será realizado na Unicamp.

Também colocou o Fórum à disposição para contribuir com a construção da escola nacional de agentes de Ater e realizou a entrega simbólica da carta elaborada no IV Seminário Nacional de Extensão Rural, realizado em maio de 2026, em Juazeiro do Norte (CE), reunindo as principais reflexões e proposições do Fórum sobre a formação em extensão rural.

Sandra Bonetti – Diretora de Meio Ambiente da Contag

Sandra Bonetti ressaltou que a assistência técnica e extensão rural constitui uma pauta histórica da agricultura familiar e ganha ainda mais relevância diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Defendeu que os processos de formação fortaleçam a transição agroecológica e preparem extensionistas com uma visão integrada dos territórios, para além da assistência técnica voltada às cadeias produtivas.

Também destacou a necessidade de aproximar as universidades das demandas da agricultura familiar, promovendo revisões curriculares e valorizando os conhecimentos construídos pelos agricultores e agricultoras familiares na formação dos futuros profissionais de Ater.

Josana Lima – Coordenadora-Geral da Contraf-Brasil

Josana Lima enfatizou que os processos de formação devem contribuir efetivamente para transformar a realidade das famílias e dos territórios, fazendo com que as políticas públicas ultrapassem os limites dos editais e alcancem resultados concretos nas comunidades.

Ressaltou que, apesar dos avanços na reconstrução das políticas públicas, é fundamental que agricultores e agricultoras familiares sejam ouvidos e participem da construção das ações de Ater. Defendeu que programas como Da Terra à Mesa sejam desenvolvidos de forma participativa e dialogada, garantindo que seus resultados permaneçam nos territórios mesmo após o encerramento dos projetos. Por fim, reafirmou o compromisso da Contraf-Brasil em contribuir com o fortalecimento das políticas públicas e dos processos de formação voltados à agricultura familiar.

Suelme Fernandes – Vice-Presidente Nacional da Asbraer

Suelme Fernandes destacou o papel histórico da Asbraer na organização das instituições públicas de assistência técnica e extensão rural, ressaltando que a entidade reúne mais de 30 organizações filiadas, aproximadamente mil pesquisadores(as) e cerca de 14 mil extensionistas que atuam em mais de cinco mil municípios brasileiros.

Informou que a atual gestão pretende ampliar a participação na entidade, abrindo espaço para profissionais e organizações da sociedade civil, OnG e demais instituições que atuam com Ater, fortalecendo seu caráter representativo.

Ao abordar os debates realizados durante o encontro, defendeu a construção de uma política nacional de formação continuada para agentes de Ater, superando iniciativas isoladas e articulando universidades, instituições públicas e demais organizações envolvidas. Ressaltou que as universidades precisam aproximar seus currículos das demandas da agricultura familiar e da extensão rural, reduzindo a distância entre a formação acadêmica e a realidade dos territórios.

Também destacou a importância de reconhecer a diversidade regional brasileira na formulação das políticas públicas, defendendo estratégias adaptadas às especificidades dos diferentes territórios e formas de desenvolvimento da agricultura familiar, incluindo iniciativas voltadas ao empreendedorismo rural, à agroecologia e às diversas realidades produtivas do país.

Nayara Bittencourt – Diretora-Executiva de Política Agrícola e Informações da Conab

Representando a Conab, Nayara Bittencourt destacou a importância da formação de agentes de Ater para ampliar o acesso da agricultura familiar às políticas públicas executadas pela companhia. Apresentou como prioridades institucionais o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvido em parceria com o MDS, a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (SocioBio+) e o programa Arroz da Gente, realizado em parceria com o MDA e o MDS.

Segundo Nayara Bittencourt, essas iniciativas têm ampliado significativamente a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e demais públicos prioritários da agricultura familiar, reforçando a necessidade de fortalecer a atuação da Ater na formação de agricultoras(es) e no acesso às políticas públicas. Destacou ainda que, especialmente no PAA Sementes e no programa Arroz da Gente, a capacitação de agentes de Ater constitui elemento estratégico para ampliar a diversidade produtiva e fortalecer a produção de alimentos em diferentes regiões do país.

Louroana Santana – Presidente da Anater

Louroana Santana destacou que a formação de agentes de Ater representa uma ação estruturante para o fortalecimento da agricultura familiar e da própria política pública de assistência técnica e extensão rural. Ressaltou que a Anater integra esse processo de construção coletiva, em parceria com o MDA e diversos órgãos do Governo Federal.

Informou que a Agência executa atualmente 13 programas, organizados em 127 contratos com cerca de 50 entidades executoras, envolvendo aproximadamente cinco mil extensionistas em atuação nos territórios. Também destacou a ampliação das atribuições da Anater, que passou a desenvolver ações de investimento por meio de iniciativas como o Fundo Amazônia, o Fundo Rio Doce, o programa União com os Municípios e ações vinculadas ao Garantia-Safra.

Segundo Louroana, o fortalecimento da agricultura familiar depende de uma Ater qualificada, sustentada por processos permanentes de formação que dialoguem com a diversidade dos territórios, valorizem a agroecologia, reconheçam os povos e comunidades tradicionais, promovam a participação das mulheres e das juventudes e fortaleçam as redes sociotécnicas envolvendo universidades, instituições executoras, movimentos sociais e órgãos públicos.

Ao final, reafirmou o compromisso da Anater com a construção coletiva da formação continuada de extensionistas e destacou a expectativa de que os debates do 4º Encontro contribuam para consolidar uma Ater cada vez mais inclusiva, participativa e comprometida com o bem-viver das populações do campo.

Maria do Socorro Oliveira – Vice-Reitora da UFRPE

Maria do Socorro Oliveira apresentou a trajetória da UFRPE, destacando que, ao longo de seus 113 anos de história, a universidade passou por uma importante transformação institucional. Tradicionalmente vinculada às ciências agrárias e ao modelo convencional de desenvolvimento agrícola, a instituição passou a consolidar uma atuação voltada para a agricultura familiar, a agroecologia e a formação de agentes de Ater.

Ressaltou que a extensão universitária tornou-se um dos pilares da universidade, que atualmente oferta cursos de formação inicial e continuada para extensionistas, incluindo cursos de extensão, graduação, especializações, mestrado e doutorado. Citou os diversos projetos desenvolvidos em parceria com o MDA e outros ministérios, entre eles Pro-Semeia, Mais Gestão, PDHC, Jandaíras, Baraúnas e Estudos Rurais Feministas.

Destacou que a universidade compreende que a formação de agentes de Ater deve ir além do conhecimento acadêmico, valorizando os saberes populares e a atuação conjunta entre universidades, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instituições públicas.

Como exemplo, apresentou o projeto Baraúnas dos Sertões, que integra formação inicial e continuada em um modelo flexível, reunindo agricultores, agricultoras e agentes de Ater em um mesmo percurso formativo. O projeto possui abordagem feminista, agroecológica e antirracista e inclui extensionistas como docentes, resultado de mudanças institucionais promovidas pela universidade para reconhecer esses profissionais como formadores.

Por fim, informou que a UFRPE foi convidada pelo Ministério da Educação para colaborar na construção de um curso de graduação voltado à formação de agentes

territoriais e de Ater, elaborado de forma participativa, com pedagogia da alternância e integração entre ensino, extensão e especialização.

Camile Marques Sahb – Diretora do Departamento de Promoção da Inclusão Produtiva Rural e Acesso à Água (MDS)

Representando o MDS, Camile Marques Sahb destacou a importância da Ater para a execução das políticas de segurança alimentar e nutricional, especialmente do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Fomento Rural.

Chamou a atenção para as cerca de 4,5 milhões de famílias rurais inscritas no Bolsa Família, com renda de até R\$ 218 por pessoa, ressaltando que esse público deve ocupar posição central nas estratégias de formação dos extensionistas. Segundo a diretora, os agentes de Ater desempenham papel fundamental na estruturação das atividades produtivas, na inclusão produtiva sustentável e na articulação das famílias com outras políticas públicas. Defendeu que a formação dos extensionistas contemple as especificidades desse público e as diferentes vulnerabilidades sociais presentes no meio rural.

Informou ainda que, desde 2023, o Programa Fomento Rural atendeu aproximadamente 70 mil famílias, destacando que os resultados alcançados decorrem, sobretudo, da atuação dos técnicos(as) e extensionistas junto às comunidades.

José Henrique Silva – Secretário Substituto da SAF/MDA

José Henrique Silva ressaltou a relação histórica entre o Pronaf e a assistência técnica e extensão rural, destacando que o programa, que completou 30 anos, reúne diversas políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, entre elas o crédito rural e as compras institucionais.

Enfaticou que o 4º Encontro representa uma oportunidade estratégica para construir, de forma coletiva, uma estratégia nacional de formação de agentes de Ater, reunindo universidades, institutos federais, Anater, Asbraer, Embrapa, movimentos sociais e diferentes órgãos do Governo Federal.

Ao abordar as políticas implementadas desde a recriação do MDA, destacou os avanços do programa Terra da Gente/Terra Mesa, voltado à inclusão socioprodutiva de agricultores familiares em maior situação de vulnerabilidade. Segundo informou, desde 2024 já foram investidos cerca de R\$ 200 milhões, beneficiando mais de 50 organizações da sociedade civil e aproximadamente 30 mil famílias. Acrescentou

que a estratégia foi ampliada com recursos do Garantia-Safra, destinando cerca de R\$ 400 milhões para ações no Semiárido brasileiro.

Finalizou reafirmando que o fortalecimento da agricultura familiar depende da expansão da assistência técnica e da universalização da Ater pública e gratuita, conforme previsto na legislação, permitindo ampliar o alcance e a efetividade das políticas públicas.

Eric Moura – Secretário-Executivo do MDA

Eric Moura destacou os avanços alcançados pelo MDA nos últimos anos, ressaltando a ampliação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e a retomada do diálogo entre governo, universidades, movimentos sociais e instituições de Ater.

Lembrou que os três maiores Planos Safra da agricultura familiar foram lançados durante a atual gestão e afirmou que o acesso ao crédito precisa estar articulado à assistência técnica e extensão rural, condição fundamental para fortalecer a produção, promover a transição agroecológica e ampliar a segurança alimentar.

Ressaltou que os agentes de Ater desempenham papel decisivo na retirada do Brasil do Mapa da Fome, ao apoiar agricultoras(es) familiares na produção de alimentos saudáveis e na implementação das políticas públicas nos territórios. Também informou que o MDA trabalha na construção do Sistema Único de Assistência Técnica e Extensão Rural (Suater). Explicou que a proposta já possui uma minuta elaborada de forma participativa, mas sua tramitação sofreu limitações em razão do período eleitoral, especialmente quanto à criação de fundos. Ainda assim, reafirmou o compromisso do Ministério em avançar na consolidação do sistema, inspirado em modelos como o SUS e o Suas, integrando estados, universidades, Anater e demais instituições da rede nacional de Ater.

Ao encerrar, transmitiu os cumprimentos da ministra Fernanda Machiaveli e desejou que o encontro fortaleça o compromisso coletivo com a formação continuada e o aprimoramento da assistência técnica e extensão rural em todo o país.

2º DIA (11.06) - QUINTA-FEIRA

MANHÃ

CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS

Ater no Território: dados dos TED, digitalização e compromisso com a agricultura familiar

Bruno Magnum – Dater/SAF/MDA

Bruno Magnum iniciou sua fala informando que apresentaria panorama dos projetos de formação de agentes de Ater, financiados pelo Dater (SAF/MDA) por meio de TED (Termo de Execução Descentralizada), trazendo resultados sistematizados a partir do preenchimento de planilhas solicitadas pelo MDA a coordenadoras(es) dos respectivos projetos, alguns já concluídos. A partir deste panorama, traria brevemente o tema da digitalização da Ater, por sua urgência, a fim de pensar na programação do próximo ano, que acredita deverá incluir a Ater digital com mais força, demandando o presente debate.

Informou que foram gastos em TED 183 milhões de reais, desde 2023, em parcerias com universidades federais, institutos federais e Embrapa, em um total de 52 projetos, dos quais 23 responderam o formulário e fazem parte dos resultados apresentados, somando 112 milhões de reais, incluindo termos aditivos já firmados.

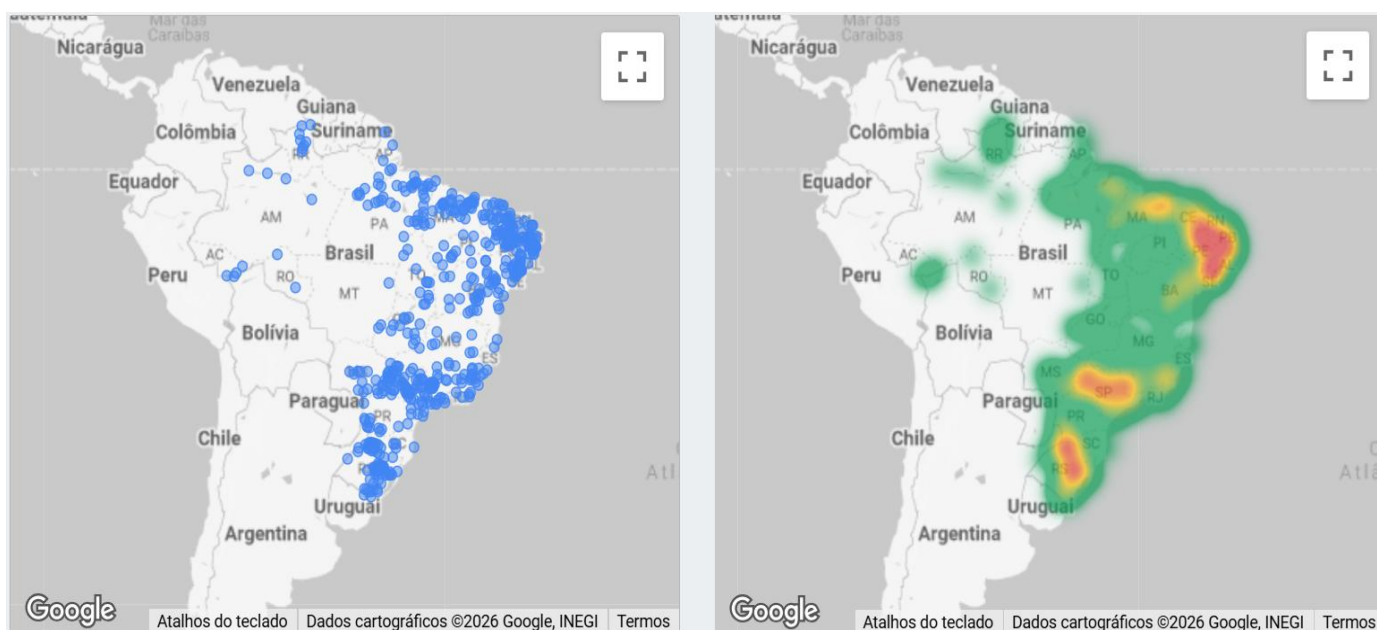
Foram mais de 54 mil beneficiários (incluindo agricultoras(es), extensionistas, e entre estes, povos e comunidades tradicionais, mulheres e jovens), 542 municípios em todas as 27 unidades da federação, 3.800 agentes de Ater formados e realização de 910 eventos (entre: visitas, cursos, eventos de capacitações, seminários, etc).

No conjunto de beneficiárias(os) estão 20.528 assentados da Reforma Agrária, 16.717 agricultoras(es) familiares, cerca de 6.700 mulheres rurais. Sobre as ações executadas, os cerca de 3.800 agentes capacitadas(os), o foram por meio de: 910 eventos, 213 cursos, 213 tecnologias implantadas e 654 diagnósticos territoriais.

Entre as temáticas trabalhadas, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Agroecologia foram as principais: Ater, meio ambiente e a formação de agentes também foram importantes. Entre os 23 projetos, 14 falaram explicitamente em formação de agentes, mas subentende-se que todos eles de alguma forma fazem formação, pois todos os TED estavam voltados para isto, e a prova é que todos colocaram a capacitação entre suas ações.

Em termos de abrangência territorial, do total de 542 municípios, 467 foram atendidos com, pelo menos, um TED; 75 municípios atendidos com 2 ou mais. Entre os projetos, 13 são interestaduais. O estado com mais municípios alcançados foi São Paulo, com 83 municípios atendidos, havendo grande concentração de projetos também no Nordeste e Sul. Entretanto, lembrou que devemos considerar que faltaram muitos projetos a mandar os resultados.

Esta distribuição foi apresentada por meio de dois mapas (reproduzidos a seguir): um com a localização dos municípios atendidos e outro com a cores para evidenciar a concentração de projetos (vermelho para a maior concentração), ressaltando a concentração no litoral e nos estados de SP e RS.



Nestes mapas, é possível identificar vazios, principalmente na região Amazônica (Região Norte e MT), que devem guiar o planejamento de novos ciclos. Observou, entretanto, que os números mostram o esforço e capacidade de entrega das instituições executoras.

Colocou como desafio: “Construir estratégias conjuntas, nos próximos ciclos, para alcançar as demandas territoriais que ainda estão no escuro desse mapa, respeitando as complexidades logísticas de áreas como a Amazônia.”

A partir dos mapas apresentados, trouxe a questão da digitalização de Ater, segundo ele, importante se queremos chegar a todos os municípios.

Trazendo o conceito de Ater da Pnater (Lei n. 12.188/2010), como atividade educativa não formal, continuada e tudo que ela deve promover, lembrou que, mais

do que difusão de práticas produtivas, é uma ferramenta que traduz os grandes desafios contemporâneos: inclusão social, transição agroecológica, adaptação às mudanças do clima, inclusão de jovens, mulheres, e de gênero em geral, soberania alimentar. A Ater articula todas as dimensões da vida e do trabalho e traduz em prática nos territórios. Já superamos o difusionismo, afirmou.

Lembrou que foi lançada em 2025 pelo MDA, em parceria com Embrapa, Anater e Ministério da Gestão, e disponível no portal Gov.br, a plataforma “Minha Ater Digital”, um instrumento a serviço de extensionistas. Entretanto, menos de 20% da agricultura familiar tem acesso à Ater, somente cerca de 30% dos domicílios têm cobertura de 4G ou 5G e são grandes as desigualdades regionais. Em dados do Censo do IBGE de 2017, o sul apresentava 51,4% de cobertura, enquanto o norte tinha 20,6%. No Censo Cepal de 2017, registrou-se que, no sul do Brasil, 48,9% das famílias agricultoras recebem alguma orientação técnica, enquanto no Nordeste, apenas 7,3%. No mesmo Censo, o analfabetismo no campo brasileiro era de 26,4%, enquanto no NE chegava a 38,2%. Lembrou ainda que muitos não têm alfabetização digital e conclui que: “sem suporte humano contínuo, sem coordenação intersetorial entre as instituições envolvidas com Ater, sem investimento simultâneo em conectividade e energia, e sem capacitação e adaptação metodológica de agentes e agricultores, a digitalização acrítica e isolada beneficia exatamente quem já estava em melhor situação — e aprofunda, em vez de mitigar, a heterogeneidade estrutural que caracteriza a agricultura na região.”

Levantou dois temas que considerou importantes para este debate.

1. Ater digital pode substituir a(o) extensionista? Afirmou que não é essa a proposta, na ideia da Ater digital a presença de agentes é fundamental, pois não queremos uma Ater difusionista. A plataforma é só mais uma ferramenta, e é preciso estarmos cientes do risco do difusionismo. Para isso, traz como elementos fundamentais: agente no território como sujeito central, participação das organizações da agricultura familiar na curadoria dos cursos, conteúdos e materiais disponibilizados, o diálogo de saberes (em vez de transferência), as metodologias participativas no desenho das ferramentas, avaliação pelas próprias organizações e plataformas como bens públicos abertos.

2. Sobre a segurança e soberania dos dados. Ao cadastrar informação de agricultoras(es) e outras informações sensíveis, como lidar com esses dados? (O perigo das big techs.)

Por serem as plataformas detentoras de dados produtivos, pessoais, patrimoniais, biométricos e comportamentais de agricultoras(es) familiares, que são ativos sensíveis, o Estado tem o dever de protegê-los por meio de marcos regulatórios claros, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Finalizou afirmando que a tecnologia digital pode servir a uma Ater dialógica crítica e humanizada, desde que assumamos com clareza um conjunto de condições, enumeradas a seguir, e sendo pensada pelo Dater/SAF/MDA, articulando parcerias com universidades, institutos federais e instituições de pesquisa.

- “Manter o agente no território e a família agricultora como sujeitos da Ater, com a plataforma como apoio ao seu trabalho.
- Garantir a participação efetiva das organizações da agricultura familiar na curadoria dos conteúdos das plataformas, de modo que estas reflitam a diversidade dos sujeitos do campo e não a homogeneidade dos pacotes técnicos.
- Desenhar conteúdos que valorizem os saberes locais e tradicionais ao lado dos saberes científicos.
- Incorporar metodologias participativas ao próprio desenho das ferramentas digitais.
- Avaliar periodicamente o impacto dessas plataformas com as próprias organizações da agricultura familiar, abrindo-as à crítica e à correção.
- Manter as plataformas como bens públicos, abertos, gratuitos e adaptados à realidade local, não como serviços comerciais cuja lógica de operação independe dos sujeitos a quem se destina.”

Diagnóstico do Ecossistema de Formação em Sociobioeconomia no Estado do Pará

Prof. José Antônio Herrera - UFPA

O professor Herrera apresentou o diagnóstico realizado nos últimos dois anos, no âmbito do projeto “Formação de agentes e assessores técnicos rurais em bioeconomia amazônica”, financiado por TED firmado com o MDA.

O diagnóstico é uma ação, dentro do projeto, a fim de garantir que a formação seja territorializada e contextualizada e garantir o acompanhamento de empreendimentos coletivos por um tempo.

O objeto do TED é formar agentes e assessoras(es) técnicos a partir da realidade da Amazônia, pensando na assistência técnica e no acompanhamento até a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.

Como primeiro produto, está a Resaberes – Rede de Saberes Amazônicos em Extensão Rural, Agroecologia e Sociobiodiversidade – que surge pela conexão

entre instituições de ensino superior do Pará (UFPA, IFPA, UFOPA) e CFR (Casas Familiares Rurais), e hoje estão se expandindo para toda a Amazônia, chegando a alguns municípios do AM, AC e AP. A Rede foi criada com base nos princípios da agroecologia, valorizando os saberes e construindo caminhos sustentáveis para territórios amazônicos.

Um produto da Rede é o diagnóstico do ecossistema de formação em sociobiodiversidade no Pará, que virou livro, com apoio do governo do Pará.

A metodologia consistiu em: levantamento e sistematização de dados institucionais; análise de iniciativas formativas existentes; revisão de referenciais teóricos e normativos (assistência técnica, extensão rural, sociobiodiversidade); incorporação de percepções de organizações locais. Como resultado: a compreensão da dinâmica, lacunas estruturais e potencialidades de articulação do ecossistema.

Mapearam inicialmente 104 iniciativas de formação no Pará (assistência técnica, extensão rural, oficinas, capacitações), em 46 instituições e 87 iniciativas foram acompanhadas com maior proximidade.

Identificaram como base para a construção de um sistema estadual: elevada diversidade institucional, experiências acumuladas nos territórios, redes institucionais ativas e metodologias já testadas em diferentes contextos amazônicos. O problema é a desconexão e falta de integração entre o que já existe e procuram agora estratégias para integrar.

Tipologia institucional observada:

- Base territorial e comunitária – boa ancoragem local e transmissão de saberes tradicionais e sociopolíticos.
- Instituições públicas estaduais – eixo estruturador, formação em Ater e uso da sociobiodiversidade, políticas públicas, financiamento e escala.
- Ensino e pesquisa – instituições de ensino federais, eixo científico, validação cognitiva e formação de quadros.
- OSC e mediadores – tradução técnica entre demandas territoriais e inovação/mercado.
- Mercado e empreendedorismo – viabilidade financeira e inserção em cadeias de valor.

Apresentou um mapa de atuação institucional onde se observa a concentração de experiências, condicionadas aos recursos disponíveis e à capacidade de captação de recursos por meio de projetos.

O Mosaico Formativo identificado foi organizado em modalidades como: Ater, capacitações, oficinas, cursos de extensão, intercâmbios e trilhas formativas. Para cada modalidade foram definidas: função, contribuições e limites. Cada modelo formativo tem sua função e contribuição. Chamou a atenção para a Ater, que tem como contribuição a integração produção-território, entretanto, apesar de todo município ter Ater, a cobertura é desigual, privilegiando produtos demandados pelo mercado. É necessário, portanto, fazer uma leitura mais detalhada de contexto, sobretudo atenção a povos e comunidades tradicionais, pouco incluídas. O nordeste do Pará, por exemplo, tem uma agricultura familiar mais consolidada, com presença forte da Emater.

As capacitações têm caráter pontual e risco de tecnicismo. Oficinas têm baixa escala e difícil sistematização, caráter pontual; é preciso trabalhar a continuidade. Cursos de extensão (universidades e institutos federais), apresentam boa qualificação técnica formal, mas também descontinuidade (dependência de editais). Os intercâmbios, com potencial de ampliar repertórios e redes, apresentam o custo de logística e operacionalização caros. A questão dos custos apresenta-se como um dos principais desafios para a Amazônia.

Com a aditivação recente deste projeto, vão procurar integrar melhor as diferentes regiões e como meta vão construir a plataforma para fazer a conexão entre as formações, para que cheguem a mais territórios. Os objetivos também foram ampliados; em setembro e outubro será realizado o primeiro intercâmbio com países vizinhos, Colômbia e Chile, a fim de entender as condições e desafios da Ater nestes países.

Problemas identificados: financiamento de curto prazo; formação pontual e acelerada; descontinuidade do acompanhamento; baixa apropriação e frustração. O processo de formação muda de acordo com temas prioritários para os financiadores.

Existe um ecossistema forte, mas fragmentado, com iniciativas isoladas e dependência de projetos temporários, com descontinuidade formativa. Tal contexto requer mudança de paradigma, com maior articulação, trajetórias estruturadas, territorialização planejada, governança compartilhada e fluxo contínuo de aprendizagem.

Como diretrizes estratégicas para a consolidação do ecossistema, enumerou: i) territorialização (deslocar a centralidade para territórios da sociobiodiversidade; ações enraizadas e redução de vazios territoriais); ii) continuidade (substituição de ações pontuais por trilhas progressivas e de longo prazo); iii) governança compartilhada (mecanismos permanentes de coordenação multissetorial); iv) integração (unir saberes tradicionais e técnico-científicos, conectar formação formal e não formal).

Como prioridades estruturantes, para um planejamento adaptativo que leve a um ecossistema de formação para o Pará, trouxe estratégias de curto, médio e longo prazos. A curto prazo, conectar iniciativas e reduzir dispersão; a médio prazo, consolidar bases operacionais e fluxos; e a longo prazo, garantir sustentabilidade, escala e governança.

Por iniciativa do estado do Pará, foi criada a Casa da Sociobio, um espaço de governança dos processos de formação, financiamento e acompanhamento das experiências para sociobioeconomia. Procuram dar subsídios e apoiar este espaço para que possa colaborar nesta integração.

Neste contexto, informou que estão assinando termo de cooperação com a Emater para oferecer especialização e curso de extensão para Ater.

Como mecanismos práticos de sustentação, sugerem: financiamento estruturante; gestão de dados e mapeamento; certificação e reconhecimento e dispositivos metodológicos.

Sobre a Especialização “Ater, sociobiodiversidade e desenvolvimento territorial na Amazônia”, com duração de 18 meses, estão em fase de seleção.

A matriz curricular (fruto do diagnóstico) está organizada em 4 módulos:

Módulo 1 – Fundamentos – base teórica da questão agrária e práticas extensionistas.

Módulo 2 – Diagnóstico – ferramentas sistêmicas e métricas de sustentabilidade.

Módulo 3 – Dinâmicas socioprodutivas.

Módulo 4 – Estado e sociedade.

Síntese final – Workshop de conclusão e Monografia.

Em cada módulo há vivências práticas acompanhando comunidades e territórios, empreendimentos coletivos são acompanhados neste processo.

O produto final não é acadêmico – há possibilidade de uma diversidade de produtos (mapa, rótulo, etc), fruto da experiência das(os) agentes no território, desde que reverbere para as comunidades.

Contribuições da Plenária

Representante Embrapa Mandioca e Fruticultura - Cruz das Almas-BA

O participante chefiava o Departamento de Transferência de Tecnologia da Embrapa e contextualizou sua fala a partir da experiência com o desenvolvimento e a implantação de tecnologias voltadas ao meio rural. Apontou que, nos espaços de diálogo com pesquisadoras(es), extensionistas e agricultoras(es), surge com frequência a preocupação sobre como garantir para que os conhecimentos e tecnologias gerados pela pesquisa cheguem efetivamente aos territórios.

Fez referência às transformações ocorridas no sistema brasileiro de Ater ao longo das últimas décadas, observando que o modelo, anteriormente estruturado em uma rede mais consolidada de extensão rural, foi significativamente alterado. Nesse cenário, apontou a necessidade de refletir sobre os mecanismos atualmente disponíveis para promover a aproximação entre pesquisa, inovação e extensão.

Questionou:

- Como fortalecer a articulação entre pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e extensão rural diante das mudanças ocorridas na estrutura tradicional da Ater brasileira?
- De que forma os ativos tecnológicos produzidos pelas instituições de pesquisa podem chegar de maneira efetiva a agricultoras(es) e aos territórios, e quais perspectivas os palestrantes vislumbram para essa relação nos próximos cinco a dez anos?

Docente da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária - Universidade de Brasília

A participante parabenizou a apresentação sobre o diagnóstico do Ecossistema de Formação em Sociobioeconomia no Pará e destacou a relevância de iniciativas voltadas à consolidação de processos formativos para a Extensão Rural. Compartilhou a experiência de um programa de Residência em assistência técnica, em nível de especialização, com duração de 18 meses, formando em torno de 30 estudantes, desenvolvida na UnB, que articula não apenas a Ater, mas também a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Athis), atuando em contextos urbanos e periféricos marcados por conflitos sociais e territoriais.

A partir dessa experiência, ressaltou a importância de reconhecer a diversidade de contextos territoriais existentes no país, observando que, além das realidades amazônicas, há múltiplas configurações territoriais que demandam abordagens específicas. Mencionou ainda a existência de uma rede nacional composta por 16

universidades envolvidas no programa da Residência, apontando o potencial dessas iniciativas para fortalecer processos de aprendizagem contextualizados.

Questionou:

- Como os processos formativos propostos pelo projeto lidam com as dinâmicas sociais e políticas presentes nos territórios, especialmente em contextos marcados por conflitos, disputas e diferentes formas de organização social?
- De que forma os estudantes da especialização interagem com os serviços de extensão rural, tanto estatais quanto não estatais? Existe acompanhamento institucional e aproximação entre estudantes, extensionistas e organizações atuantes nos territórios?
- Como está estruturada a rede sociotécnica que sustenta o processo formativo?

Representante da Rede Ater Nordeste

A fala partiu da observação de que, entre os projetos analisados, apenas parte deles (14) se dedicam à formação de agentes de Ater como objetivo principal. Destacou que essa informação suscita questionamentos sobre o foco e o alcance das iniciativas financiadas, especialmente diante da necessidade de fortalecer os quadros profissionais responsáveis pela implementação da Ater nos territórios.

Refletiu-se sobre o risco de dispersão de esforços quando as iniciativas buscam simultaneamente formar extensionistas e atender diretamente agricultoras(es), sem uma estratégia clara de fortalecimento dos agentes responsáveis pela continuidade do trabalho nos territórios. Ademais, apontou sobre o nível de articulação dos projetos com contratos da Anater e com os serviços públicos estaduais de extensão rural, especialmente as Emater, de forma a potencializar os processos formativos e ampliar seus impactos.

Questionou:

- Qual tem sido o foco efetivo dos projetos financiados pelo Dater: a formação de agentes de Ater ou a formação direta de agricultores e agricultoras?
- Como equilibrar essas duas demandas diante da elevada necessidade de qualificação profissional existente no sistema de assistência técnica?

Marenilson (Dater/SAF/MDA)

Em resposta às reflexões apresentadas, foi ressaltado que o conceito de Ater adotado pelo Dater/SAF/MDA ultrapassa a atuação dos extensionistas formais, incorporando lideranças comunitárias, agricultores e agricultoras com uso de metodologias participativas, como a abordagem camponês-a-camponês. Destacou que a construção desse modelo permanece em processo de aprimoramento e consolidação, sendo os Encontros de Formação espaços estratégicos para a troca de experiências e o fortalecimento coletivo das iniciativas em curso.

Foi enfatizado o avanço observado ao longo das edições dos Encontros, evidenciando o amadurecimento das discussões e o fortalecimento das articulações entre as instituições participantes. Nesse contexto, foi ressaltada a importância das redes de formação e intercâmbio, citando-se experiências como as redes voltadas à Amazônia, ao Semiárido e a outras temáticas territoriais, consideradas fundamentais para ampliar a cooperação e a circulação de conhecimentos.

A fala de Marenilson também contemplou que as iniciativas de formação não se restringem às ações desenvolvidas pelo Dater/SAF/MDA. Foram mencionados outros setores e programas do MDA que desenvolvem atividades formativas, como a Setec, o Programa Mais Gestão e a Seab. Nesse sentido, foi apontado como desafio estratégico a construção de maior integração entre essas iniciativas, buscando alinhar princípios comuns relacionados à Agroecologia, à equidade de gênero, à participação de jovens, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e às especificidades territoriais, incluindo os contextos amazônicos e do Semiárido.

Outro aspecto destacado foi a necessidade de ampliar o diálogo entre as ações de formação e as políticas de assistência técnica executadas por diferentes instituições. Como exemplo, foi mencionada a construção da Rede Ater Leite, articulada a partir da Embrapa Gado de Leite, que busca expandir sua atuação para um número maior de estados (de cinco para 15). Também foram citadas iniciativas recentes de articulação entre Dater, Anater e outras áreas do MDA para o aperfeiçoamento de futuras chamadas públicas de Ater, incluindo ações voltadas às mulheres rurais.

Por fim, foi reconhecido de que ainda existem desafios para fortalecer a integração entre os diversos instrumentos de política pública e ampliar o alcance dos processos formativos. Contudo, destacou-se a avaliação de que os projetos apoiados pelo Dater/SAF/MDA têm contribuído de forma significativa para a formação de agentes e lideranças que atuam tanto em instituições públicas de extensão rural quanto em organizações da sociedade civil, representando avanços importantes na consolidação de uma Ater orientada pelos princípios da agroecologia, da participação social e do desenvolvimento territorial.

Extensionista rural da Emater-PA/membro da Faser

O participante destacou a relevância das experiências, projetos e iniciativas apresentadas ao longo do encontro, reconhecendo a importância dos editais, das ações de formação e das inovações metodológicas que vêm sendo desenvolvidas. Contudo, manifestou preocupação com a capacidade de consolidação, ampliação e continuidade dessas iniciativas para além dos ciclos de financiamento dos projetos.

Enfatizou a necessidade de fortalecer estruturalmente o sistema público de Ater, ressaltando que a efetividade das políticas públicas depende não apenas da formação de agentes, do desenvolvimento de ferramentas digitais ou da implementação de projetos pontuais, mas também da existência de equipes técnicas permanentes e suficientemente dimensionadas para atender à demanda existente nos territórios.

O participante observou que a assistência técnica rural envolve atualmente uma ampla gama de atribuições, incluindo temas ambientais, sanitários, fundiários e produtivos, o que amplia a complexidade do trabalho desempenhado por extensionistas. Nesse contexto, alertou para a sobrecarga enfrentada por muitos profissionais das instituições públicas de Ater e para a necessidade de políticas voltadas à reposição e ao fortalecimento dos quadros técnicos.

A manifestação reforçou a importância de uma atuação articulada entre União, estados e municípios para garantir a continuidade das ações de assistência técnica e assegurar atendimento qualificado aos milhões de agricultores familiares que demandam acompanhamento técnico permanente.

Representante do Fórum Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural

O participante defendeu a ampliação da rede de instituições envolvidas na formação de agentes de Ater, destacando a necessidade de incorporar universidades estaduais, universidades municipais, redes públicas de ensino e as unidades da Emater. Argumentou que esses atores possuem capilaridade territorial e potencial para contribuir com processos formativos, especialmente diante dos desafios de alfabetização, qualificação profissional e formação continuada no meio rural. Como questão central, propôs refletir sobre mecanismos de integração desses diversos atores em uma estratégia nacional articulada de formação para a Ater.

Questionou:

- Como ampliar e integrar o ecossistema de formação de agentes de Ater, incorporando outros atores institucionais, especialmente universidades estaduais, universidades municipais, redes públicas de ensino e unidades da Emater, para fortalecer a formação em escala nacional?

Coordenação dos programas Rede BioSul e Fomento Rural, em parceria com o MDA/ Universidade Federal do Pampa-RS

O participante reconheceu os avanços alcançados pelo Date/SAF/MDA na retomada e ampliação das ações de Ater e formação nos últimos anos, mas ressaltou que muitas iniciativas ainda operam de forma fragmentada. Defendeu que o desafio atual consiste em promover maior articulação entre projetos, redes e programas que atuam nos mesmos territórios, potencializando sinergias e evitando sobreposições. Como encaminhamento, sugeriu a criação de mecanismos de integração territorial, como plataformas compartilhadas de informação, mapeamento dos projetos em execução e realização de seminários regionais e territoriais que favoreçam o diálogo entre iniciativas financiadas pelo próprio MDA. Segundo o participante, o fortalecimento da coordenação institucional pelo Dater/SAF/MDA é fundamental para consolidar essa articulação.

Resposta da mesa

Bruno Magnum

Em resposta às contribuições da plenária, Bruno reafirmou a concepção ampliada de Ater adotada pelo Dater/SAF/MDA, segundo a qual agricultoras(es), lideranças comunitárias e multiplicadoras(es) locais também são reconhecidas(os) como agentes de Extensão Rural. Destacou ainda o papel estratégico da Ater na aproximação entre pesquisa, inovação e aplicação prática nos territórios, especialmente por meio da mediação das tecnologias desenvolvidas por instituições como a Embrapa. Bruno ressaltou a importância da integração com a rede de ensino e da formação continuada de extensionistas e lideranças locais, bem como o papel da Extensão Rural na promoção da inclusão educacional no campo.

Por fim, enfatizou que um dos desafios centrais para os próximos anos será aprimorar os processos de monitoramento e avaliação, buscando mensurar não apenas os produtos gerados pelos projetos, mas também seus resultados e impactos de médio e longo prazo sobre os territórios e as populações atendidas.

Profº José Antônio Herrera

Em resposta às questões e reflexões apresentadas pela plenária, Herrera destacou inicialmente a importância de fortalecer os processos de articulação entre instituições, projetos e estratégias de formação, reconhecendo que, embora esse seja um desafio complexo, avanços significativos vêm sendo construídos. Ressaltou que o próprio Encontro constitui um espaço privilegiado para que as diferentes iniciativas possam se conhecer, trocar experiências e identificar possibilidades de

convergência, respeitando as especificidades territoriais e metodológicas de cada projeto.

Ao abordar a relação entre pesquisa, inovação e assistência técnica, apresentou uma experiência desenvolvida no estado do Pará, onde a Emater mantém um núcleo de articulação junto à Embrapa. Segundo o professor, essa iniciativa busca aproximar as demandas identificadas nos territórios das soluções tecnológicas desenvolvidas pela pesquisa, promovendo maior diálogo entre extensionistas, pesquisadoras(es), agricultoras(es) e instituições de ensino. O modelo inclui unidades demonstrativas e atividades de intercâmbio, permitindo que inovações sejam discutidas a partir de problemas concretos vivenciados pelos agricultores.

Em relação aos desafios da formação territorializada, Herrera enfatizou que o Brasil é composto por múltiplas realidades e que cada projeto responde a contextos específicos. Nesse sentido, destacou a experiência da Rede de Saberes Amazônicos (Resaberes), cuja proposta formativa é construída em diálogo com organizações sociais, movimentos e lideranças dos territórios. Explicou que os processos de seleção de participantes consideram não apenas critérios acadêmicos, mas também o histórico de atuação territorial e o compromisso dos candidatos com suas comunidades.

O professor ressaltou ainda que a estratégia adotada pelo projeto busca atuar simultaneamente na formação de assessoras(es) técnicos, lideranças locais e agricultoras(es), fortalecendo uma rede sociotécnica capaz de articular diferentes atores do desenvolvimento rural. Segundo ele, os resultados observados demonstram a relevância de metodologias participativas que valorizam a diversidade de saberes e promovem a construção coletiva do conhecimento.

Como exemplo dos impactos gerados por essa abordagem, relatou experiências em que participantes com diferentes níveis de escolaridade compartilharam os mesmos espaços formativos, favorecendo processos de inclusão e fortalecimento da autonomia das comunidades. Citou o caso de uma agricultora que decidiu retomar os estudos após participar das atividades do projeto: "Eu vou voltar a estudar, porque vocês me mostraram aqui o quanto é importante e vocês não me excluíram do processo". Este caso evidencia as contribuições das ações de Ater para além das dimensões produtivas, alcançando aspectos educacionais e sociais.

Ao comentar as preocupações relacionadas à estrutura da assistência técnica pública, reconheceu os desafios enfrentados pela Emater no Pará, especialmente diante do aumento das demandas e das limitações de recursos humanos e financeiros. Apesar disso, avaliou que iniciativas voltadas à qualificação continuada dos extensionistas representam um caminho promissor. Nesse contexto, destacou a construção de uma especialização destinada às 14 regionais da Emater paraense,

elaborada a partir das necessidades identificadas pelos próprios agentes que atuam nos territórios.

Herrera também apresentou experiências desenvolvidas em parceria com a Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), envolvendo servidoras(es) de diferentes órgãos governamentais, lideranças indígenas, quilombolas, agricultoras(es) familiares e representantes de unidades de conservação. Segundo o professor, essas ações têm permitido ampliar o diálogo entre políticas públicas e realidades territoriais, fortalecendo processos de formação mais integrados e contextualizados.

Por fim, destacou o trabalho realizado junto às Casas Familiares Rurais (CFR), enfatizando a importância de aproximar os processos formativos de jovens do campo e de suas comunidades. Relatou experiências em que as atividades do projeto passaram a dialogar diretamente com os currículos das escolas, favorecendo a articulação entre o tempo escolar e o tempo comunidade. Encerrando sua participação, propôs a realização de intercâmbios entre as diferentes iniciativas apoiadas pelo MDA, com o objetivo de compartilhar metodologias, construir referências comuns para a formação em Ater e fortalecer a articulação entre os diversos territórios e redes presentes no encontro.

MESA - EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO

Mediação Bruno Magnum (Dater/SAF/MDA)

Formação crítica: gênero e raça – Projeto Baraúnas dos Sertões/ UFRPE

Prof^a Celma Glória

Professora Celma apresentou o Curso de Especialização e Extensão em “Ater Agroecológica, Feminista, Antirracista no Semiárido Brasileiro”, ofertado pelo projeto Baraúnas dos Sertões.

Observou que o modelo de Ater durante muito tempo se distanciava dos sujeitos e a proposta do projeto Baraúnas é trazer os sujeitos para a centralidade da formação. Baraúna é uma árvore conhecida por sua força e capacidade de resistir: resiliência e adaptação necessária a sujeitos nos territórios.

Quando falamos em Ater agroecológica, feminista e antirracista, estamos falando da base estrutural da pirâmide da sociedade, das pessoas mais pobres, e aí dominam as mulheres e a população negra. Para falar em formação em Ater é preciso questionar e mexer nas estruturas da desigualdade. Dar visibilidade e oportunidade de formação para que mulheres tenham trabalho garantido. Juventudes precisam ter

oportunidades de permanecer nos territórios, com dignidade. Fala-se em sucessão rural e “desinteresse” da juventude, mas o que está sendo ofertado para jovens?

Enfatizou o tripé que está na base da formação ofertada pelo Baraúnas: agroecológica, antirracista e feminista. Participação ativa de: agentes, agricultoras(es), jovens, estudantes universitários; princípios feministas e de convivência com o semiárido; enfrentamento às mudanças climáticas. Na dinâmica de formação em Ater, trabalham com e fortalecem redes e movimentos sociais.

O curso de especialização foi pensado e desenhado para ampliar conhecimentos dos sujeitos nos territórios, construído com diversos parceiros – são: 22 organizações, 5 movimentos sociais, 4 redes e articulações nacionais e 4 instituições de ensino superior (UFRPE, Unilab, UFRB, UFPI); atuam em 30 territórios, 173 municípios, 9 estados.

A equipe é formada pelas coordenações (geral, pedagógica e 4 coordenações setoriais); 18 professoras(es), 3 doutorandos (monitores), 7 graduandos (monitores), 1 monitor de tecnologia, 5 mobilizadoras territoriais, 10 bolsistas territoriais, 22 organizações parceiras.

Principais avanços:

- Mudanças em regulações da universidade para atender a especificidades do público atendido (na universidade dominam estruturas rígidas e currículos de base colonizadora).
- Estabelecidas formas criativas e participativas de produção de conhecimento.
- Promoção do diálogo de saberes nas práticas de Ater.
- Fortalecimento da visibilidade de mulheres e jovens.
- Construção de Ater humanizada.
- Acesso à universidade pública, buscando priorizar agricultoras(es), jovens, agentes de Ater.

Na primeira turma foram oferecidas 421 vagas: 141 de especialização e 300 de extensão. Quantitativos de mulheres e homens realizando o trabalho de conclusão de curso (TCC) na especialização é de 89 e 19 respectivamente; no curso de extensão 123 mulheres e 11 homens estão concluindo. Do total, 85,5% são mulheres e 89,3% são pretos e pardos (1,6% indígenas e 8,3% brancos). Nesta turma, 36,7% são agricultoras(es), 32,9% são técnicas(os) e 19,9% de estudantes.

O desafio de acesso a computador/internet é importante – 44% não têm acesso a computador e estão buscando adaptar metodologias a esta realidade.

Para a segunda turma foram ofertadas 500 vagas (250 para especialização e 250 para extensão) e houve ampliação do número de homens. Foram preenchidas 207 vagas na especialização (162 mulheres, 43 homens e 2 de identidade diversa), e 272 vagas no curso de extensão (216 mulheres e 56 homens). No total 79,7% de mulheres e 79% pretos e pardos (4,2% indígenas e 15,5% brancos). Nesta turma, 41,1% são agricultoras(es), 32,3% são técnicas(os) e 26,6% estudantes.

Para esta segunda turma, apresentou dados de acesso a políticas públicas: 51% não tem acesso (a ideia do projeto é melhorar este acesso); e sobre registro no CAF, que 64% não possui. Nesta turma, entretanto, 72% das pessoas têm acesso ao computador.

Sobre o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), adotam diversidade de produtos para conclusão da especialização (estudos de caso, relato de experiências, cordel, entre outros), evitando modelos rígidos.

Elaboraram diversidade de materiais e instrumentos para suporte do curso: manual do estudante, manual de orientação do TCC, sala de aula virtual, site do curso, grupo de whatsapp para tirar dúvidas, canal do youtube para arquivamento das aulas virtuais.

Apresentou os módulos que compõem o curso e ressaltou temas como decolonialidade do saber, feminismo e agroecologia, antirracismo, racismo ambiental e juventude, pois são estruturantes. Ocorrem webinários, eventos e diversidade de atividades. A turma 1 conclui a especialização este mês.

Chamou Valdirene Alves, agricultora e estudante do curso (turma 1), do sertão do Pajeú – PE, representando 10 bolsistas. Ela relatou que é monitora nas 2 turmas e acompanhou diretamente as mulheres. Relatou que para elas o curso as fortaleceu muito, pois não tinham como estudar. Acessar a universidade pela educação a distância (aulas gravadas disponíveis) é muito importante e ficaram muito agradecidas. Atua como mobilizadora de mulheres e jovens. Faz parte do coletivo de juventude do estado de PE, acompanha 15 alunos do Centro Sabiá, e sente que hoje esta Ater a defende enquanto mulher, jovem e agricultora. Ressaltou a grande dimensão do Baraúnas para os territórios. Falou da importância do certificado para ela, como também o fato de representar os jovens.

Celma finalizou dizendo que o projeto Baraúnas acredita nesta Ater inclusiva, feminista, antirracista, agroecológica, mas se preocupa com a continuidade, a renovação do projeto para que o processo formativo seja realmente continuado. A incerteza da renovação é uma ameaça.

Ater indígena – Projeto Koyeriwë / IFAM São Gabriel da Cachoeira

Professor Eurides Junior

São Gabriel da Cachoeira é a região com maior diversidade do Brasil, com 24 povos indígenas, entre eles o povo Yanomami. O projeto é voltado para fortalecer a Soberania Alimentar) dos povos Yanomami, envolvendo cerca de 31.000 pessoas. São 6 línguas faladas no território que está situado em região montanhosa na divisa entre Brasil e Venezuela. No Brasil, abrange 3 municípios no Amazonas, além de parte em Roraima e na Venezuela. Há preocupação do governo federal com decretos e medidas provisórias desde os primeiros dias de governo, a fim de atender a este território.

No projeto são 6 polos de formação, atendendo 6 comunidades indígenas, em 3 municípios do AM – São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.

Contam com apoio logístico da Funai, e também da Embrapa, do ICMBio, da estrutura de saúde, que tem grande capilaridade no território, e de várias associações Yanomamis, com autorização e respeito a seus protocolos para entrar nos territórios.

A equipe é composta por professoras(es) formadoras(es) (13) de diversas áreas de conhecimento, uma antropóloga, 4 técnicos em agropecuária, 12 articuladoras(es) yanomamis (2 em cada polo). Este é o segundo ano do projeto, que é pensado e desenvolvido com muita escuta e articulação com as comunidades.

Em seguida, o professor chamou outras pessoas envolvidas com o projeto, para trazerem seus relatos.

Professor Tiago Edvaldo, também do IFAM, começou seu depoimento assinalando ser filho de família agricultora pernambucana que precisou do Programa Bolsa Família (programa do Governo Federal) para sobreviver. Hoje trabalha pela inclusão e segurança alimentar de outros povos.

Informou que primeiro levaram o projeto para as lideranças e povos, que aceitaram, se apropriaram e afirmaram sua soberania sobre o território. Deram ao projeto o nome de entidade sagrada: KOYERIWE; elaboraram também a identidade visual.

Relatou que convidaram pessoas e instituições (Funai, ISA, ICMBio, associações e lideranças yanomamis) para fazer a formação da equipe, pois ele mesmo nem conhecia o território. Precisaram de leitura, sob o ponto de vista antropológico, sobre quem são os yanomamis, sua organização social e também desconstruir estereótipos trazidos sobre povos indígenas. Linguagens, gestos; o significado, por

exemplo, do uso de adereços de ouro por quem chega ao território, que lembram a violência dos garimpos.

Fizeram consultas participativas à comunidade, estimulando a leitura do próprio povo sobre sua realidade. Por meio de DRP (diagnóstico rural participativo), mapearam espécies cultivadas em campo, envolvendo debates com moradoras(es). Observaram em determinada região que, quanto mais perto das cidades, menor a variedade de espécies cultivadas nas comunidades. Este dado foi apropriado pela comunidade, que entrou em profunda discussão em sua língua materna.

Fizeram formação de agentes de Ater indígena (300 agentes, com formação de 200h, em 4 módulos), incluindo gestão de associações e de projetos; também formação de professoras(es) das escolas sobre o tema da Sobal e da segurança alimentar. No módulo sobre produção vegetal, a parceria com a Embrapa garantiu a introdução de novas variedades. Doação de mudas produzidas no campus do IFAM.

Professor Eurides Teixeira Jr. trouxe a importância de ampliar a proteína animal na alimentação e a proposta de construção de galinheiros, que foram criados com materiais alternativos, e foram doados galinhas e pintinhos. Meliponicultura também avançou, bem como a criação de peixe. As formações (chamadas de FIC neste projeto) são traduzidas pelos articuladores para a língua yanomami.

Como resultados, apresentou números de participantes dos cursos em cada um dos 6 polos, totalizando 369 participantes. A formação de agentes de Ater está em curso, é composta por 4 módulos e é ofertada em todos os polos. Foram entregues diversos materiais: carrinhos de mão, kits de ferramentas, propágulos de macaxeira e mandioca branca, mudas de abacaxi, pintinhos, entre outros.

Estudante indígena Miquelina – articuladora do projeto, disse ser sua primeira vez em Brasília. Falou das carências na comunidade e da importância de terem mais oficinas, cursos e capacitações. Precisam muito dos projetos e querem outros. A história deles é muito triste e hoje conhece as necessidades de sua comunidade, a partir dos estudos neste projeto.

Programa Nacional de Formação em Ater para Assentamentos de Reforma Agrária – Pro-Semeia/UFG

Professora Graciella Corcioli

Iniciou informando que o projeto Pro-Semeia é a continuidade do Profor-Ext (já apresentado em outros encontros), que foi renovado e renomeado. A coordenação geral é da UFG. É um projeto voltado para os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), entre os quais os objetivos 1, 2, 4, 5, 6, 10, 13, 14 e 15 são

trabalhados. Conta com 21 equipes, 19 instituições de ensino superior em 13 estados do Brasil.

Apresentou mapas dos assentamentos e comunidades atendidas e respectivas instituições responsáveis, com nítida concentração na região Sudeste. Sobre o público atendido, são 120 entre assentamentos e comunidades, mais de 8.800 famílias, 88 discentes, 1300 discentes voluntários, 65 docentes, 200 docentes voluntários, 42 profissionais recém-formados e 210 Agentes Locais de Formação (ALF), jovens das comunidades, totalizando 440 bolsistas (70% de jovens e 51% de mulheres, mais de 50% de pretos, pardos e indígenas).

Em cada subprojeto há 1 coordenador regional (articulado com a UFG), 02 supervisores, 4 estagiários, 2 recém-formados, 10 agentes locais de formação (bolsistas), que não precisam ter nenhuma formação, mas devem ser jovens com perfil de liderança, residir na comunidade e depois de encerrado o projeto devem continuar sendo uma referência.

Em todas as instituições há docentes e estudantes atuando, com formação acadêmica em diversas áreas, havendo entretanto maior concentração nas ciências agrárias, dominando a agronomia. Mas as equipes são sempre interdisciplinares, incluindo profissionais até mesmo da área de saúde.

No ciclo de ação metodológica há partes comuns a todas as equipes, o que inclui interação com Incra, MDA e movimentos sociais, e também o objetivo de levar políticas públicas para as comunidades. Há outra parte que é diferente para cada equipe, pois são ações planejadas a partir da realidade das comunidades atendidas. ALF são escolhidas(os) junto com a comunidade, em campo, levantando também as necessidades de cada uma em reuniões, diagnósticos participativos, entre outras ações.

Sobre as atividades formativas, não há padronização, pois as instituições atendem às demandas a partir dos diagnósticos. Pela parceria com o Incra, ajudam a levar as políticas públicas deste órgão, como por exemplo, a emissão de CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e onde a Emater não consegue fazer projetos de fomento, inclusão produtiva, entre outras. O programa visa levar políticas públicas para os territórios.

As atividades formativas acontecem no campo e envolvem: comunidade, ALF, bolsistas graduação e professoras(es).

Resultados quantitativos: mais de 800 formações; implantação de mais de 100 unidades demonstrativas; elaboração de 36 materiais educativos (publicaram 2 livros); elaboração de mais de 500 projetos de crédito de instalação; emissão de mais de 1.000 CAF, site (onde os materiais estão disponibilizados) e redes sociais,

mais de 100 tecnologias implementadas; emissão de 100 CCU; regularizações fundiárias

Resultados qualitativos: permanência de jovens no campo; retorno de jovens ao ambiente escolar; acesso de jovens a universidade e IF (alguns ALF agora são bolsistas de graduação); trabalho para egressos do Pronera; conhecimento permanece na comunidade; conhecimento local que transforma a formação acadêmica; maior interesse de profissionais em atuar com agricultura familiar; interação entre instituições; dignidade no campo; comida no prato.

Entre os parceiros, ressaltou o papel do Incra e do Dater/MDA.

Inovação territorial e Ater Urbana e Periurbana– AUP / UFRN

Professor Celso Locatel

O professor informou que o projeto trata da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) apoiada na Agroecologia e na Economia Solidária. Disse também que o projeto acabou adquirindo viés de formação em Ater, apesar da proposta inicial não ser esta. Entretanto, a partir de vários desafios enfrentados, pelo fato de extensionistas não terem experiência com este tipo de hortas, partiram para a formação em Ater. É diferente de fazer extensão no campo. São áreas, em geral, pequenas e muitas vezes com problemas ambientais.

O projeto vai até final de 2027, pois recebeu um aditivo; a primeira etapa terminou em 2025. O vice-coordenador é o professor Roberto Marinho, com grande experiência em Economia Solidária.

A essência do projeto é a segurança alimentar e a inclusão socioprodutiva, baseado em agroecologia & economia solidária (Ecosol), para o desenvolvimento sustentável de comunidades vulneráveis em áreas urbanas e periurbanas. Contam com 9 áreas, em diferentes unidades federativas, nas cidades: Brasília, Aracaju, Recife, João Pessoa, Natal, Fortaleza, São Luís, Belém, Manaus.

Apresentou números de beneficiários: são 28 projetos de horticultura comunitária, apoiadas por mais de 70 organizações parceiras (incluindo instituições de ensino e movimentos sociais); 684 beneficiárias(os) diretos e mais de 1.000 famílias beneficiadas indiretamente. Realizaram um seminário nacional há um mês atrás, em Natal, quando estes números foram compilados.

A distribuição de pessoas atendidas por unidades federativas é de: PA – 112 pessoas; RN – 98; DF – 85; AM – 95; SE – 89; CE – 71; MA – 45; PB – 49; PE – 40.

Há forte protagonismo feminino, com 71,2% de participação de mulheres, observou que a agricultura urbana é feminina e é negra. Entre participantes, há 66,7% de inscritas(os) no Cadastro Único e 48,2% que participam do Programa Bolsa Família.

A seguir trouxe novos números que reforçam a liderança feminina. Estados como MA e PA, tem 100% de participação feminina, enquanto em 4 unidades da federação há hortas com participação feminina entre 99% e 80%. Para o conjunto das hortas, o percentual mínimo de mulheres é de 50%.

O professor informou ainda que 28% de participantes pertencem a populações com insegurança alimentar; 24% são indígenas e quilombolas; 17% são mulheres vulneráveis e 17% são populações em área de conflito.

A arquitetura educacional do projeto é o motor do conhecimento, e está alicerçada em: i) capacitação de base (cursos presenciais e EaD), com foco em formação técnica de lideranças, agentes de órgãos estaduais e equipes; ii) ação na terra, com oficinas formativas locais, que tem como foco o engajamento prático e comunitário contínuo.

No intuito de multiplicar as ações (motor multiplicador, meta 4 do projeto) a formação de redes é facilitada por meio de curso a distância (40 horas) sobre AUP apoiada na agroecologia e na Ecosol, realizado para 55 participantes estratégicos (coordenações estaduais, bolsistas de assessoria técnica e atores de instituições parceiras).

São 9 universidades, 75 organizações parceiras (incluindo movimentos sociais e instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e órgãos públicos), 61 agentes atuando com AUP. Foram contratadas 24 organizações para prestação de serviço de extensão em áreas urbanas. Tiveram dificuldade em alguns estados, pela falta de preparo de algumas instituições para os desafios da AUP.

Apresentou números referentes às formações por meio de cursos formais (capacitação de base) e da “Ação na terra” (oficinas locais). Sobre os temas trabalhados nas oficinas, estão divididos em três grandes temas: agroecologia & técnicas; economia solidária e organização social. Cada estado fez sua programação, havendo uma lista de diversos assuntos dentro deste 3 temas gerais, definidos de acordo com as demandas de cada comunidade atendida.

Afirmou que a horta se torna um espaço de resistência e cidadania, e trouxe como exemplo, locais onde as pessoas não foram despejadas porque havia uma horta, e de uma situação de um grupo de mulheres transexuais que puderam fortalecer sua dignidade por sua atuação na horta. Trouxe também outros exemplos, para falar que a extensão deve ir além da produção, chegando às relações humanas: antirracismo, feminismos, combate à LGBTfobia e valorização da memória coletiva.

“O envolvimento da resolução de problemas cotidianos transforma a horta comunitária em uma referência de ativismo e participação política no território.”

Falou da publicação do livro “Nutrindo Comunidades”, obra coletiva com as reflexões da equipe do projeto, disponível para download, e da plataforma que foi construída para abrigar o mapeamento colaborativo de experiências de AUP.

Concluiu falando do impacto sistêmico da AUP, por meio da equação:

Agroecologia + ecosol + formação crítica = inclusão socioprodutiva e emancipação social

E afirmou que neste projeto não se constrói apenas canteiros, mas também redes de economia solidária, emancipação de mulheres em vulnerabilidade, com garantia de segurança alimentar, quando acompanhada de educação cidadã.

Por último, apresentou gráfico sobre queda e retomada de investimentos em Ater, ao longo dos últimos 13 anos, mostrando que, apesar da recuperação de 2023 até agora, o investimento é ainda muito baixo.

Formação de extensionistas na Anater

Graça Lobo – assessora na Diretoria Técnica da Anater

Esclareceu onde entra a formação na rotina da Anater: recebem as diretrizes do MDA para cada programa, montam as chamadas e fazem a formação de extensionistas contratados pelas organizações/empresas contempladas nas chamadas.

Cada entidade monta sua equipe para ir a campo executar o programa. A formação que oferecem é sobre os objetivos e metas de cada programa, bem como os temas específicos obrigatórios. Todo o trabalho tem como base a Pnater e as metodologias participativas.

Nesta formação ensinam como usar o Sistema de Gestão de Ater (SGA), como funciona e onde extensionistas precisam registrar todo o trabalho que fazem.

Em 2024 e 2025, ofereceram formação a cerca de 400 extensionistas em cada ano. Este ano já estão com este quantitativo, pois a quantidade de programas, e por consequência as formações, vêm aumentando.

Citando a fala de Marenilson na abertura deste evento, sobre “o que ainda falta”, afirmou que falta bastante. A Anater tem interesse em participar das redes de

formação de extensionistas, se coloca a disposição e quer se integrar no objetivo da construção da escola de extensão, por um trabalho mais humanizado, que atenda às questões de raça, e também com olhar diferenciado para povos e comunidades tradicionais, e respeito a seus saberes.

Bruno Magnum finalizou a mesa, na qual 5 grandes experiências de formação foram apresentadas, correspondendo a projetos grandes e com ampla variedade de temas, avançando pelo horário previsto. Assim, pelo adiantado da hora, sugeriu que o debate ficasse para a atividade da tarde, os Grupos de Trabalho.

TARDE

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA ARROZ DA GENTE

Professor Paulo Vitor Silva - IFRN

O professor iniciou informando que o programa do governo federal “Arroz da Gente” surgiu da necessidade de retomada da produção de arroz em territórios que deixaram de produzir ao longo do tempo. Foi motivado pela necessidade de ampliar áreas de produção, hoje concentrada no sul, em função da catástrofe climática que atingiu grande parte desta região do país, com forte impacto na safra de arroz de 2022/23.

A retomada está focada principalmente em territórios de comunidades tradicionais e, na primeira etapa, em curso neste momento, estão atuando em 17 estados, com 647 comunidades e mais de 7.600 famílias cadastradas, identificadas por levantamento de campo entre famílias que já produziam arroz.

Realizaram a formação de 82 Agentes de Acompanhamento Técnico (AAT), em 2025, em 4 regionais, para atuar nas comunidades. Estas(es) agentes são estudantes que recebem bolsa e auxílio deslocamento para atuar em campo realizando levantamento, por meio de questionário (montado em parceria com a Conab), de dados socioeconômicos, de áreas de produção, quantidade de famílias, tipo de arroz produzido, entre outros.

Utilizaram para isso um sistema especialmente desenvolvido, coletando dados em campo com tablets (off line), que são enviados para o sistema ao se conectarem com a internet. Este sistema, além dos dados coletados por agentes em campo, bem como as ações realizadas em cada comunidade, recebe dados das colheitadeiras que foram doadas para as comunidades participantes.

Foram capacitados também agentes comunitárias(os), que dão suporte às(aos) AAT em campo. Estão sendo realizadas diversas oficinas de bioinsumos e de usos e integração de práticas sustentáveis. As áreas que utilizaram bioinsumos serão avaliadas após a primeira colheita.

A ASPTA também atua, com a aplicação do método Lume, um método de avaliação econômico-ecológica desenvolvido por esta organização e que tem sido usado com sucesso junto a famílias da agricultura familiar de base agroecológica.

Informou que estão sendo distribuídas 72 colheitadeiras de pequeno porte e todas contém dispositivo (desenvolvido e patenteado pelo projeto), que permite o monitoramento dessas máquinas em tempo real (tempo de uso, geolocalização, umidade, temperatura, entre outros parâmetros). Estes dados também são armazenados em sistema especialmente desenvolvido - Simpag (Sistema Integrado de Monitoramento do Programa Arroz da Gente). A Conab, como também os pontos focais em cada estado, acessam as informações coletadas.

As máquinas foram cedidas provisoriamente por 6 meses, a fim de ser avaliado o bom uso, e também estão sendo testadas tecnicamente. O monitoramento dirá se as funções e usos são adequados, ou se necessitam de aperfeiçoamento. As primeiras colheitas já realizadas já mostraram a eficiência e rapidez do trabalho feito pela máquina.

GRUPOS DE TRABALHO (GT)

Metodologia

Os grupos de trabalho foram conduzidos de forma participativa, com apoio de facilitadoras(es) e relatoras(es), e apresentaram sínteses estruturadas ao final das atividades.

Transversalmente, em todos os GT, foi pautado o seguinte comando: **identificar desafios estruturais e consolidar diretrizes estratégicas para a implementação da Escola Nacional de Ater.**

O texto a seguir teve papel provocativo, no sentido de orientar a discussão:

A criação de uma Escola Nacional de Ater representa uma oportunidade de consolidar políticas de formação no país, mas também envolve desafios relacionados à sustentabilidade, articulação institucional, diversidade de contextos e coerência com os princípios da Pnater.

Assim, colocou-se a questão: **quais são os principais desafios para a implementação da Escola e quais diretrizes devem orientar sua construção?**

E as seguintes perguntas orientadoras:

- Quais são os principais desafios para a Escola?
- O que é inegociável na sua construção?
- Quais prioridades devem orientar sua implementação?
- Quais erros devem ser evitados?

Ademais, cada GT ficou responsável por discutir um tema específico com textos e perguntas direcionadas para compor a síntese final.

GT 01 - Metodologias de formação de Ater

Facilitador: professor Vinícius Dalbianco - Unipampa

Relatoria: professor Vinícius Dalbianco - Unipampa

Inicialmente o facilitador apresentou objetivos, perguntas orientadoras e produtos esperados para este grupo de trabalho, abrindo o debate a seguir.

Objetivo

Identificar e propor metodologias, estratégias pedagógicas e formatos formativos que orientem a formação em Ater, considerando a diversidade de contextos, territórios e sujeitos.

Texto de provocação

A formação em Ater no Brasil tem se desenvolvido por meio de múltiplas metodologias, buscando articular teoria e prática, território e conhecimento, e dialogar com diferentes públicos. No entanto, persistem desafios relacionados à fragmentação das abordagens, à dificuldade de integração entre saberes técnicos e populares, e à adequação dos formatos formativos às realidades locais.

Diante disso, coloca-se o desafio de pensar: **quais metodologias e formatos devem orientar uma Escola Nacional de Ater capaz de dialogar com a diversidade do campo brasileiro?**

Perguntas orientadoras

- Quais metodologias devem ser estruturantes para a Escola?
- Como integrar teoria, prática e território?
- Quais formatos são mais adequados (presencial, EAD, alternância, híbrido)?
- O que não deve ser reproduzido?

Produto esperado

- Até 5 diretrizes metodológicas
- Até 3 propostas de formatos formativos

Debate

Pesquisador da Embrapa Algodão – Sobre a concepção política de Ater, lembra que o Senar ainda domina, que a CNA não quer Ater pública, e a ideia do Senar é vender “produto”. Trouxe a necessidade de integrar entidades e atores que participam de alguma forma da Ater, com prioridade de instituições de pesquisa em Ater.

Facilitador sintetizou como: integração territorial de agentes de desenvolvimento.

Professor da UFPA – assinalou o que não deve ser reproduzido: distanciamento dos processos formativos existentes nos territórios e o difusionismo. Falou da importância da participação ativa de agentes (além de extensionistas), e também de demandantes. Processos formativos devem acontecer nos territórios. Inteligência territorial – resultado de diferentes conhecimentos juntos. Acredita que a formação não pode ser somente presencial, deve haver combinação de formatos, e enumerou: pedagogia da alternância, trabalho de campo, vivência prática, a partir dos conteúdos trabalhados na escola. Necessário reduzir o distanciamento entre as 3 esferas: quem pensa a política, quem intermedia e quem recebe. Como metodologias estruturantes citou: processos participativos e a pedagogia da alternância (a vivência em campo como fundamental). Pedagogia da alternância e alternância pedagógica, finalizou.

Facilitador – sobre a inteligência coletiva, trouxe o exemplo da residência do Pronera para ilustrar.

Residente do projeto Pro-Semeia – disse que fazem trabalho de formação com a juventude, formação na relação com a comunidade. Esta é sua primeira vez no encontro. Observou que o programa “Da terra à mesa” já tem muitas experiências de formação e poderia ser base para a construção da escola.

Facilitador sintetizou como: sistema nacional de governança de formação de agentes, reunindo o que já existe.

Estudante da UFG/Pro-Semeia – Entende que a pedagogia da alternância pode resolver a relação entre teoria e prática e a conexão entre instituições que atuam nos territórios.

Facilitador sintetizou como: educação dialógica e participativa.

Jovem agricultura do projeto Baraúnas - trouxe a importância da relação de técnicas(os) com a comunidade, o fazer junto. Falou também que a continuidade dos processos é importante. Considera que agricultoras(es) ensinam muito a técnicas(os), esta relação é importante. Como jovem, defende a Ater, sobretudo a que passa pelo trabalho com a comunidade, para além da produção.

Facilitador sintetizou como: autonomias territoriais de lideranças e organizações, processos continuados de formação.

Professora, colaboradora do projeto Baraúnas, do MOC (Movimento de Organização Comunitária – BA). Colocou que as metodologias que têm sido utilizadas pelas universidades (com os TED, e outras instituições) em campo têm conseguido atender sujeitos nos seus territórios – metodologias participativas com base na educação popular – compreendendo as dinâmicas locais e trazendo autonomia aos territórios. Todas as metodologias têm a base na participação e muitas são complementares. Considera que falta sistematização e alinhamento destas metodologias, e o entendimento de como dialogam. Acha que definir formato e metodologias para um projeto nacional é arriscado, diante da diversidade e complexidade do país – povos indígenas, diversas comunidades tradicionais e por aí vai. No Baraúnas, parte da formação é a distância, para atingir vários locais dos 9 estados, mas a prática ocorre nos territórios, presencial e com metodologias adequadas a diferentes situações. Esta modalidade é boa, mas é preciso olhar para a diversidade dos territórios. Pensar formatos diversos para públicos diversos, pois não falamos só de extensionistas. Como questão essencial apontou o reconhecimento dos saberes ancestrais dos povos no campo ou em áreas urbanas e peri-urbanas, a fim de adequar as metodologias.

Facilitador sintetizou como: a questão dos saberes ancestrais dialoga com a inteligência territorial/coletiva e a sistematização e integração de práticas desenvolvidas em diversos territórios, para que possam ser compartilhadas por meio de rede nacional.

Professor da UFRPE – observou que a educação participativa e dialógica tem sido associada aos momentos de execução das aulas, mas entende que precisa ser anterior, desde o diagnóstico de demandas, escolha de cursos e seus programas e não só nas aulas. Há também o desafio de avançar nas diferentes linguagens como ferramentas pedagógicas (p.ex. música, poemas, vídeos, etc), como forma de atender às demandas do público, juntar técnicas(os) e agricultoras(es) e como forma de incluir os conhecimentos tradicionais também como estruturantes.

Facilitador sintetizou como: definição de conteúdos de forma participativa, para além das metodologias participativas pensadas para as práticas.

Professor da UERN – disse entender a Escola Nacional como um guarda-chuva que terá tarefas, realidades e públicos diferentes e, para cada caso, modalidades específicas. Não é possível descartar nem uma modalidade (presencial, a distância, híbrida). Mas alguns princípios são necessários: educação libertadora, focar nos princípios de Paulo Freire, no respeito aos conhecimentos das comunidades tradicionais, incluindo a remuneração destas pessoas que ensinam. Trazê-las como professoras, remuneradas – como colocar isto no projeto desta escola? Importante também fazer uso de muitas parcerias, por exemplo, professoras(es) das escolas de ensino básico, técnicas(os) da Emater, agentes comunitárias(os) – todos como formadoras(es). A escola como chance de reverter a hierarquização de conhecimentos.

Pesquisador da Embrapa gado de leite – disse que estão permanentemente capacitando técnicas(os), utilizam o E-campo, mas antes procuram saber as necessidades das áreas de atuação de cada um(a) e localizam no portfólio da Embrapa o que têm a oferecer. Fazem acordos de cooperação técnica com as Emater dos estados. Realizam dias de campo com secretarias de agricultura do estado, em propriedades de famílias agricultoras, com técnicas(os) da Emater que definem assuntos e demandas. Juntam pesquisa e extensão, envolvendo extensionistas nas pesquisas da Embrapa. Promovem também a integração de empresas de Ater de estados diferentes, tentando complementar as ações e superar deficiências.

Facilitador sintetiza como: Integração territorial com autonomia dos agentes.

Residente do Pro-Semeia (foi bolsista de graduação e agora está formada e atua como residente) – é paraense do interior do estado e considera ser importante dar mais espaço para agricultoras(es), pois em algum momento a assistência técnica acaba e o processo deve continuar. Fortalecer a identidade agricultora, que não tem sido valorizada e porque nos assentamentos esta identidade muitas vezes ainda não foi trabalhada. Falou da regionalidade e do uso da linguagem das pessoas em materiais didáticos, aulas, vídeos, etc. Têm trabalhado, na divulgação dos cursos com uso da linguagem local em vídeos e áudios.

Pesquisadora do projeto ERA/UnB – Trouxe a questão da Interculturalidade. Lidamos com muitos conhecimentos e diversos, entre eles o científico, e falou da interação entre diversos conhecimentos que, para além das linguagens, envolvem culturas. Pensar como interações interculturais para ir além do “diálogo de saberes”, reforçou a importância dos princípios de Paulo Freire, mas recomendou como princípio trazer a Interculturalidade, superando a dicotomia conhecimento científico – conhecimento popular.

Facilitador fez a síntese final (que foi apresentada em plenária):

A Escola Nacional deve funcionar como um guarda-chuva com as seguintes **Diretrizes Metodológicas (produto 1):/**

1. Integração territorial de agentes de Ater (incluindo diversos agentes – de saúde, professores, lideranças, etc).
2. Inteligência territorial e coletiva dos territórios – reconhecimento de saberes, uso de diferentes linguagens.
3. Formação por métodos alternativos – práticas e acompanhamentos – com princípios da pedagogia da alternância, considerando a interculturalidade, considerando quem gesta, quem intermedia e quem demanda; com educação dialógica e participativa, com sistematização de práticas.
4. Promoção de autonomia territorial de agentes – utilizando princípios de pesquisa e extensão, com educação libertadora e ações continuadas de desenvolvimento rural participativo.
5. Sistema Nacional de Governança de formação de agentes de Ater – para pensar a Escola.

Professora e colaboradora do projeto Baraúnas - assinalou a questão da sucessão no campo, intergeracional, as metodologias e linguagens devem considerar as juventudes do campo.

Professor da UFPRE – assinalou a questão da equidade.

Professor da UERN – falou sobre a continuidade e o acúmulo.

A questão de fazer propostas concretas de “formatos formativos” gerou polêmica, pois, em função de tudo que foi falado, concluiu-se que não é possível definir previamente o formato: é preciso definir ferramentas a partir das necessidades.

A diversificação é importante. Mas que isto não soe como abrir mão do espaço presencial de formação, que de alguma forma deve acontecer, com contato direto com os agentes.

Ao relatar em plenária, foi reforçada a necessidade de integração nos territórios, afirmando que agentes de Ater são todas as pessoas que estão atuando no território, como por exemplo os agentes de saúde. Falou também das inteligências coletivas e a via de mão dupla do conhecimento. Reforçou agentes territoriais como atores importantes na extensão e na pesquisa.

GT 02 - Interculturalidades: Territórios, públicos e diversidade na formação de Ater

Facilitador: Tiago Edvaldo Santos Silva - IFAM

Relatora: Patrícia Sampaio - Baraúnas

Objetivo

Definir diretrizes para garantir que a formação em Ater contemple a diversidade de territórios, sujeitos e contextos socioculturais, promovendo inclusão, equidade e reconhecimento dos diferentes modos de vida.

Texto de provocação

A Ater no Brasil se realiza em contextos diversos, envolvendo agricultores familiares, povos indígenas, comunidades quilombolas, juventudes rurais e urbanas, entre outros sujeitos. Essa diversidade exige abordagens formativas que reconheçam diferentes territórios, saberes e formas de organização social.

Nesse sentido, colocou-se a questão: **como estruturar uma formação em ATER que seja, ao mesmo tempo, nacional e sensível às especificidades territoriais e socioculturais?**

Perguntas orientadoras

- Quais públicos devem ser prioritários na formação?
- Como garantir inclusão e equidade nos processos formativos?
- Como considerar as especificidades territoriais?
- Como valorizar saberes locais e tradicionais?

Debate:

Pergunta 1

Professor da UFRN - todos os grupos são prioritários. É preciso pensar em como contemplar todos os grupos. A grande questão está nas especificidades territoriais; por isso, as perguntas 2 e 3 merecem maior aprofundamento.

Integrante do Projeto Baraúnas - quando dizemos "todos", acabamos não considerando as especificidades. Às vezes, o óbvio precisa ser dito: é necessário explicitar os públicos prioritários da agricultura familiar e nomear os grupos, como mulheres e juventudes.

Integrante do Projeto Pró-Semeia - esses recortes já estão presentes nos projetos apresentados, como o Projeto Baraúnas e o projeto de Ater Urbana (AUP), entre outros. Sugere que cada participante nomeie os grupos a partir de suas experiências para subsidiar a construção das diretrizes.

Professor do IFAM - propôs que cada participante redigisse frases em tarjetas para a construção das diretrizes.

Integrante do Pró Semeia/SP - acha que deve-se considerar os grupos prioritários definidos no Art. 5º da Pnater e avaliar se eles estão sendo efetivamente priorizados. Incluir os assentados e assentadas da reforma agrária.

Professora da UFRPE - priorizar os públicos da Pnater, com destaque para mulheres e juventudes.

Integrante do Projeto Baraúnas - priorizar famílias em transição agroecológica, famílias em situação de vulnerabilidade, povos e comunidades tradicionais (PCT), mulheres e juventudes.

Professor da UFRN - incluir o público da agricultura urbana e periurbana.

Representante da UFRR - distribuir melhor os serviços de Ater nas regiões Norte e Nordeste.

Representante Indígena/Roraima - é necessário compreender a realidade local para definir critérios de elegibilidade dos grupos prioritários, considerando que todos os grupos possuem prioridade em seus contextos.

Professor da UFRN - o Decreto nº 6.040/2007 apresenta os grupos prioritários, especialmente os povos e comunidades tradicionais.

Integrante do IFMG - incluir os grupos atingidos pela mineração.

Integrante da UFG - priorizar aqueles que historicamente apresentam menor acesso aos serviços de Ater.

Pergunta 2

Professora da UFRPE- valorizar pessoas formadoras dos próprios territórios e agentes locais, promovendo maior equidade.

Professor do IFAM - garantir equidade de gênero entre as(os) articuladoras(es), assegurando a participação de mulheres e homens.

Extensionista/IFMG - considerar as especificidades das mulheres trabalhadoras.

Professora da UFRPE - para garantir a participação das mulheres, a ciranda deve ser um espaço permanente nos processos formativos.

Integrante da UFG - destaca que as perguntas 1 e 2 são complementares.

Professor da UFRN - criar um programa de assistência estudantil destinado a agentes de Ater dos territórios, especialmente juventudes e agentes locais.

Integrante do Serviços de Tecnologias Alternativas - auxílio financeiro para agentes de Ater, garantindo estruturação financeira para sua participação.

Pergunta 3

Professor do IFAM - considerar a diversidade dos povos presentes nos territórios.

Professor da UFRN - considerar os diferentes biomas e suas especificidades.

Professora da UFRPE - as especificidades territoriais devem ser consideradas a partir de uma escuta ativa dos grupos locais, desde a elaboração dos editais e chamadas públicas.

Integrante do Pró-Semeia - as ações devem ser pautadas pelas vivências e experiências dos territórios.

Integrante do Serviços de Tecnologias Alternativas - priorizar as especificidades de cada bioma, as diferenças regionais internas e os riscos climáticos.

Representante do MDA - considerar as mudanças climáticas.

Professor do UFRPE - fortalecer o diálogo com o Programa Territórios da Cidadania, do MDA.

Pergunta 4

Professor da UFRN - fundamentar a formação na educação popular e no uso de metodologias participativas.

Professora da UFRPE - garantir a participação de pessoas dos próprios territórios como formadoras(es), especialmente mestres e mestras dos saberes locais.

Professor do UFRN - Mestres e mestras dos saberes locais devem compor a equipe formadora.

Professor do IFAM - assegurar uma assessoria multidisciplinar.

DIRETRIZES METODOLÓGICAS:

Diretriz 1

Considerar os públicos delimitados pela Lei nº 11.326/2006, em vulnerabilidade extrema; PCT de acordo com o Decreto Lei nº 6.040/2007; Mulheres e jovens com

percentuais mínimos de 50% e 20% respectivamente, agricultoras/es em fase de transição agroecológica e agricultura urbana e periurbana.

Diretriz 2

Públicos e territórios menos atendidos que contemplem públicos locais garantindo a participação das mulheres, com suporte para as crianças de acordo com a Política Nacional do Cuidado (ciranda/cuidotecas) com auxílio financeiro que garanta a manutenção da(o) educanda(o) no processo formativo.

Diretriz 3

Com respeito às especificidades dos biomas, seus aspectos regionais e aqueles atingidos pelos extremos climáticos/impactados por grandes intervenções (barragens, energias, data centers, mineração) e com escuta ativa das populações locais em diálogo com os Territórios da Cidadania.

Diretriz 4

Com Educação Popular, metodologias participativas, assessoria antropológica/multidisciplinar e local, com formadoras(es) dos territórios mestras(es) dos conhecimentos locais para compor a equipe formadora com equidade de gênero e remuneração adequada.

PROPOSTAS DE FORMATOS FORMATIVOS

- Utilizar dados de plataformas e/ou observatórios que contribuam para melhorar análise, garantia de inclusão e equidade.
- Contratação de equipe formadora multidisciplinar com participação de agentes formadoras(es) locais, embasados na educação popular e metodologias participativas.

GT 03 - Arranjos Institucionais e Governança da Formação em ATER

Facilitador: Profa. Marina Calisto Alves / Assessoria de Participação Social e Diversidade (Aspad/SGPR)

Relatora: Raissa Leite – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo/SGPR)

Objetivo

Propor modelos de organização, articulação institucional e governança para a Escola Nacional de ATER, considerando a participação de diferentes atores e níveis de atuação.

Provocação

A construção de uma Escola Nacional de ATER demanda a definição de arranjos institucionais capazes de articular o Estado, universidades, institutos federais, movimentos sociais e demais organizações envolvidas com a formação. Ao mesmo tempo, coloca-se o desafio de construir um modelo que seja democrático, participativo e viável. A “Escola Nacional” representa uma oportunidade de consolidar políticas de formação no país, mas também envolve desafios relacionados à sustentabilidade, articulação institucional, diversidade de contextos e coerência com os princípios da PNATER.

Diante disso, surge a reflexão: **qual modelo institucional pode sustentar uma Escola Nacional de ATER em rede, garantindo participação, coordenação e efetividade?**

Perguntas orientadoras

- Qual deve ser o papel do MDA/DATER?
- Como articular universidades, IFs e movimentos sociais?
- A Escola deve ser centralizada ou em rede?
- Como garantir participação e governança compartilhada?

Produto esperado

- Até **5 diretrizes institucionais**
- Até **3 propostas de modelo de governança**

Identificar desafios estruturais e consolidar diretrizes estratégicas para a implementação da Escola Nacional de ATER.

Debate

Professora da UnB - a construção da “Escola Nacional” deve ser em rede de ações articuladas no mesmo propósito, a partir de ações desarticuladas. Inspirados no projeto Baraúnas, a coordenação nacional deve ser feita pelo Dater/SAF/MDA conjuntamente com uma universidade (por ex. UnB), com a assessoria de um núcleo gestor formado por universidades e organizações parceiras. A escola deve

ser centralizada (articulada/organizada com uma gestão nacional) e não em “arquipélagos”. Tudo que é de formação no Consea, Cnapo, CP-Ater deve passar por esta gestão nacional (já temos os conselhos, não há necessidade de criar um novo conselho. A cada semestre um encontro de formação. Poderíamos seguir o modelo da Residência CTS da UnB com a participação dos movimentos sociais (Ecossistema de Formação: Redes sociotécnicas, NEA, Ong, Redes de Ater, universidades, rede estatal e não estatal de Ater, associações cooperativas, igrejas, etc). Interação Intercultural (Pnater): base para se trabalhar com vários povos e públicos. Não existe formação para atuar nesta perspectiva (Grupo de Metodologia deve tratar). Potencializar as ações que já estão acontecendo (Ex. Fiocruz com especialização livre com interação cultural). O desafio é metodológico: adaptar conteúdos com vários saberes e embasamento técnico. Deve haver articulação com diferentes IES (inclusive estaduais) e a Embrapa. A escola é um momento de encontro, uma rede, vivências, trocas, confluências (TEIA), como metodologia, com um arranjo institucional (visibilizando estratégias bem sucedidas).

Professora da UFG - Tempo mínimo para certificação é de 320 horas (18 meses). Língua e Interculturalidade: já existem ferramentas nas IES. Coordenação de uma Universidade (por Ex. UnB). Módulos comuns em Ater para todas as regiões. Módulos específicos nos territórios, a partir dos TED já existentes. TED específicos: separar parte do recursos para público específico: bolsistas e outros (com diplomas ou não). Observar evasão e tempo de execução de TED (18 meses). Começar a partir dos TED que já existem e depois ampliar. Anater deve dar prioridade e maior pontuação para egressos da “Escola Nacional” (Formação) em editais de contratação e credenciamento de serviços de Ater.

Extensionista da Emater-PA/Faser - Como garantir a **participação na governança**? Através de **comitês** com representatividade das IES e instituições de pesquisa e movimentos sociais, cooperativas e organizações de Ater Pública. Como garantir representatividade nestes comitês? Cada região tem sua especificidade e deve ter seu colegiado, acima deste um colegiado territorial e acima deste uma **gestão interministerial** (nacional). Formação continuada com fonte de financiamento através de uma Política Nacional.

Professora da UFRPE - poderia ser uma **coordenação colegiada** e uma **universidade âncora** (por ex. UnB, pela proximidade). Uma **especialização concomitante com um curso de extensão** como é o Baraúnas, estimula quem não tem diploma a poder participar (agricultoras(es) e técnicos).

Professora do Amazonas - como fica a formação para pessoas que não são alfabetizadas? Precisamos **mexer no desenho da Política Nacional de Ater** (Pnater) que não atende às reais necessidades (povos indígenas). Existem **diferentes perfis de público** (agricultoras(es), quilombolas, indígenas, etc) que precisam ser atendidos nas suas mais diferentes culturas (línguas e costumes).

Cada Universidade possui uma política de gestão dos TED. Divergência sobre repassar parte do orçamento regional para sustentar uma coordenação nacional.

Representante da Cnapo - a gestão poderia ser por **conselhos e colegiados**. Quem iria compor estes conselhos? Quem iria compor (docentes, discentes, técnicos, etc)? Formação de conselhos territoriais até se chegar num **conselho nacional** (por **estado ou territórios**). Qual seria a lógica de território para a formação destes colegiados? **Outros ministérios** precisam se envolver na questão da formação agrária. MMA, MIR entre outros estão falando de formação em Ater para povos específicos (indígenas, quilombolas, CPT, etc).

Professora da UFSCar - a articulação da governança deve passar por gestoras(es) das próprias IES (e suas fundações). Como articular a operacionalização do recurso? Algumas fundações podem ter bolsas, outras não.

Professor da UFRR - temos muitas **necessidades territoriais específicas de formação**. O modelo tem que ser **descentralizado**. Precisa se avaliar quais as necessidades do próprio território. **Experiências regionalizadas** (Rede Norte) e a partir disso contemplar outras diversidades. **Modelo regionalizado**, unindo todos num **seminário nacional semestral ou anual**. Redes de articulação regionais para trazer uma perspectiva regional e depois verificar a necessidade de uma coordenação nacional.

Diretor do Dater/SAF/MDA - existem várias experiências de formação via TED com características diferentes, avanços nas metodologias, públicos e trocas de experiências. **Como juntar tudo isso? E garantir mais recursos? Como agregar outros ministérios? As instâncias decisórias do MDA são o Condraf e o CP-Ater** e respeitam as instâncias territoriais. Os Conselhos Estaduais e os Territoriais devem voltar a atuar. A Escola Nacional deve ser alocada no **Objetivo Estratégico 1.4 (PPA)** - Formação, Construção de Conhecimento e Pesquisa para Extensionistas e Agentes de Ater. Precisamos avançar na gestão do governo. Quem deve puxar a temática de formação em Ater é o próprio Dater/SAF/MDA através da sua Coordenação-Geral de Formação, Construção do Conhecimento e Fomento.

DIRETRIZES INSTITUCIONAIS E MODELOS DE GOVERNANÇA

1. A “Escola Nacional” deve ser articulada em rede em nível nacional e outras representações territoriais.
2. Deve partir das experiências que já existem (acumulado) e dar continuidade com uma coordenação geral por meio do Dater/SAF/MDA.

3. Dater/SAF/MDA deve participar da gestão nacional, juntamente com outros conselhos de participação social (Condraf, Consea, Cnapo, etc) e outros ministérios (intersectorial).
4. Esta formação deve partir dos territórios, refletindo suas necessidades e realidades.
5. A formação deve ser em diferentes níveis (especialização, extensão) e atender diferentes públicos (18 meses).
6. Definir como será o funcionamento financeiro para dar continuidade às propostas dos TED, atentando para o tempo de execução.
7. O arranjo institucional e a governança da “Escola Nacional” deve levar em conta a interculturalidade, as realidades territoriais, o que implica o redesenho da Pnater.

Resumo temático: Escola Nacional de Formação em Ater

Estrutura Pedagógica: a formação deve compreender reconhecimento territorial, base teórica e desenvolvimento de um microprojeto prático com as comunidades. Oferecer especialização para graduadas(os) e certificado de extensão para não graduadas(os).

Interculturalidade e Inclusão: a metodologia deve adaptar-se às realidades territoriais, incluindo quilombolas, assentadas(os) e povos indígenas. Foram discutidos desafios de letramento e ensino em línguas nativas para populações sem escolarização prévia, citando exemplos dos povos Yanomami e Yekuana.

Governança: a estrutura deve operar como uma rede descentralizada, partindo do acúmulo de experiências de universidades (como UFG e regionais do Norte). A rede articulará governo (MDA, MEC, MMA), movimentos sociais, igrejas, OnG, Embrapa e Fiocruz. Rejeitou-se a criação de novos conselhos, optando por utilizar instâncias de participação social já existentes, como o Condraf. Fóruns presenciais da “Escola Nacional” devem ser anuais devido aos custos.

Financiamento e Operação: o modelo baseia-se em Termos de Execução Descentralizada (TED) com as universidades. Os entraves citados incluem a burocracia das fundações de apoio universitárias, a dificuldade de viabilizar bolsas, o alto custo logístico (especialmente na Amazônia) e o curto prazo dos contratos, que gera evasão de participantes. Houve forte divergência sobre repassar parte do orçamento regional para sustentar uma coordenação nacional.

Valorização Profissional: profissionais formados por essa “Escola” devem receber prioridade e maior pontuação em editais de contratação e credenciamento de serviços de Ater, pela Anater.

3º DIA (12/06) - SEXTA-FEIRA

SÍNTESE E AVALIAÇÃO FINAL DO EVENTO

Coordenação: Cecília Tayse - Coordenadora-Geral de Formação, Construção do Conhecimento e Fomento à Ater (Dater/SAF/MDA)

Marenilson Batista diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater/SAF/MDA)

Na abertura da mesa, Marenilson ressaltou a importância da participação das diversas instituições parceiras presentes no encontro, entre elas organizações da sociedade civil, universidades federais, institutos federais, centros de pesquisa e a Embrapa. Ressaltou-se o papel dessas instituições na construção conjunta de ações voltadas à formação, pesquisa, desenvolvimento de metodologias e fortalecimento da assistência técnica e extensão rural.

A fala enfatizou que a estratégia adotada pelo MDA tem como princípio a construção coletiva das políticas públicas, em diálogo permanente com os diferentes atores que atuam nos territórios. Nesse sentido, foi reconhecido o caráter de aprendizado mútuo proporcionado pelas parcerias estabelecidas e pelos projetos desenvolvidos em conjunto.

Também foi reafirmado o compromisso com o fortalecimento da agricultura familiar, tendo a agroecologia, a participação das mulheres, dos homens e das juventudes rurais como elementos centrais desse processo. Por fim, foi ressaltada a importância da continuidade das parcerias e do trabalho colaborativo entre governo, instituições e organizações sociais na construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Vanderley Ziger - secretário de Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (SAF/MDA)

Em sua intervenção, Vanderley iniciou destacando a importância da participação das mulheres na construção das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à

agroecologia, reconhecendo a contribuição das organizações, movimentos sociais, equipes técnicas e instituições parceiras presentes no encontro. Ressaltou ainda o papel dos conselhos de participação social, como o Condarf, o Consea e a Cnapo, enfatizando sua relevância para a formulação, o acompanhamento e o aprimoramento das políticas públicas.

O expositor também reconheceu a contribuição das universidades, institutos federais, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e entidades executoras dos projetos apoiados pelo MDA, destacando o papel dessas instituições na promoção da formação, da assistência técnica, da pesquisa e da inovação voltadas à agricultura familiar.

Ao abordar os resultados do Programa Da Terra à Mesa, destacou o alcance das iniciativas desenvolvidas nos territórios e os impactos observados junto às organizações produtivas, cooperativas e comunidades rurais. Segundo o representante, as experiências em execução têm demonstrado a capacidade de promover transformações concretas nos sistemas produtivos e fortalecer a autonomia das organizações da agricultura familiar.

Durante a fala, foram apresentados os esforços do governo federal para ampliar os investimentos destinados à agricultura familiar, incluindo a aprovação de novos recursos para ações voltadas ao semiárido brasileiro. Nesse contexto, ressaltou-se a importância das parcerias com organizações da sociedade civil, instituições públicas de Ater e demais entidades envolvidas na execução das políticas de desenvolvimento rural.

Como desafios para os próximos anos, Vanderley apontou a necessidade de avançar na agenda da transição agroecológica, com atenção especial a temas como sementes crioulas e da sociobiodiversidade, certificação da produção agroecológica e orgânica, redução da dependência de agrotóxicos e fortalecimento das estratégias relacionadas aos bioinsumos. Sobre este último tema, chamou atenção para a necessidade de maior articulação entre os diferentes projetos e iniciativas em andamento, de modo a evitar sobreposições e potencializar resultados nos territórios.

Outro ponto enfatizado foi a importância da integração entre programas, projetos e redes apoiados pelo MDA. Segundo o expositor, o momento atual exige não apenas a ampliação das ações de formação e assistência técnica, mas também o fortalecimento dos mecanismos de articulação, comunicação e cooperação entre os diversos atores envolvidos nas políticas públicas para a agricultura familiar.

Ao encerrar sua participação, reafirmou o compromisso do MDA com a continuidade do apoio às instituições parceiras, à assistência técnica, à pesquisa, à formação e às iniciativas voltadas à produção de alimentos saudáveis, destacando a

agroecologia como eixo estratégico para o desenvolvimento rural sustentável e para o fortalecimento da agricultura familiar brasileira.

Julciane Inês Anzilago - Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

A representante do MMC iniciou sua fala destacando que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e, especialmente, para as mulheres rurais, são resultado de processos históricos de mobilização e luta social. Ressaltou que os avanços conquistados pelas mulheres no acesso a direitos, recursos e programas governamentais não ocorreram de forma espontânea, mas foram fruto da organização coletiva e da incidência política dos movimentos sociais.

Ao abordar a importância do Programa Da Terra à Mesa, destacou seu papel no fortalecimento da produção de alimentos nos territórios rurais, nas águas e nas florestas, especialmente a partir da atuação das mulheres. Segundo a representante, o programa tem contribuído para ampliar e diversificar a produção agroecológica, fortalecendo práticas historicamente desenvolvidas pelas mulheres camponesas e valorizando a agroecologia como horizonte estratégico para a produção de alimentos saudáveis.

Como exemplo dos resultados alcançados, mencionou a realização da 2ª Mostra da Produção e das Sementes das Mulheres Camponesas, realizada em Brasília, que reuniu cerca de 300 mulheres para apresentar produtos, experiências e iniciativas desenvolvidas em seus territórios. A atividade também serviu como espaço de divulgação das ações do Da Terra à Mesa e evidenciou a capacidade produtiva e organizativa das mulheres rurais.

A representante ressaltou ainda o impacto concreto dos equipamentos e estruturas disponibilizados pelo programa. Relatou a entrega de kits produtivos e tratoritos no Distrito Federal, destacando o entusiasmo das mulheres beneficiárias e o significado desses equipamentos para a melhoria das condições de trabalho no campo. Segundo seu relato, a mecanização em pequena escala tem contribuído para reduzir a penosidade do trabalho feminino, aumentar a produtividade, ampliar a diversidade da produção e liberar tempo para outras atividades produtivas e comunitárias.

Apesar dos avanços observados, a representante apontou desafios que ainda precisam ser enfrentados. Entre eles, destacou a necessidade de desburocratizar o acesso às políticas públicas, ampliar os valores destinados às iniciativas produtivas e garantir melhores condições de infraestrutura para as mulheres agricultoras. Também defendeu a consolidação do Da Terra à Mesa como uma política permanente de Estado, assegurando sua continuidade independentemente das mudanças de governo.

Ao encerrar sua participação, reafirmou a importância da organização social e da mobilização coletiva para a conquista e manutenção de direitos, reiterando que o fortalecimento das políticas públicas depende da participação ativa dos movimentos sociais. Finalizou reforçando a mensagem apresentada ao longo do encontro de que a construção da agroecologia está diretamente vinculada à luta das mulheres, sintetizando sua fala na afirmação de que “sem feminismo não há agroecologia”.

Iury Paulino - Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Iury destacou o papel dos movimentos sociais e das organizações representativas dos trabalhadores na defesa e no aperfeiçoamento permanente das políticas públicas. Segundo ele, cabe aos movimentos cobrar do Estado ações e programas capazes de melhorar continuamente as condições de vida da população, sem deixar de reconhecer os avanços conquistados quando estes ocorrem.

Nesse sentido, ressaltou a importância de valorizar as conquistas alcançadas, reconhecendo que elas resultam de decisões políticas, compromisso institucional e sensibilidade dos gestores públicos. Ao mesmo tempo, enfatizou que o reconhecimento dos avanços não elimina a necessidade de seguir reivindicando melhorias e ampliando direitos. Instalado

Um dos principais pontos abordados foi a necessidade de garantir a continuidade das políticas públicas. O representante lembrou que processos de interrupção institucional ocorridos nos últimos anos provocaram descontinuidade de programas e iniciativas estratégicas, gerando perdas para a população e retardando avanços que poderiam ter sido consolidados. Como exemplo, mencionou a trajetória do Fundo Amazônia, destacando os impactos da paralisação de suas ações e a importância da retomada dos investimentos e projetos nos últimos anos.

Ao tratar do Programa Da Terra à Mesa, avaliou a iniciativa como uma experiência bem-sucedida, ressaltando sua capacidade de gerar resultados concretos e perceptíveis nos territórios. Segundo sua avaliação, trata-se de uma política cujos benefícios são facilmente identificados pelas comunidades, alcançando coletivos, associações e grupos produtivos, e não apenas beneficiários individuais. Nesse contexto, defendeu a continuidade e o fortalecimento do programa, bem como sua consolidação como uma política permanente.

O representante também reconheceu o trabalho desenvolvido pelas equipes do MDA, destacando a importância da condução do programa e a sensibilidade demonstrada na articulação com movimentos sociais, organizações e diferentes realidades territoriais. Ressaltou que a construção de políticas públicas exige não apenas capacidade técnica, mas também compreensão das especificidades

regionais e dos diversos sujeitos envolvidos nos processos de desenvolvimento rural.

Em sua fala, chamou atenção para a situação das populações atingidas por barragens, caracterizadas pela diversidade de perfis e condições de vida, incluindo agricultoras(es), pescadoras(es), ribeirinhas(os) e outros grupos frequentemente invisibilizados pelas políticas públicas. Destacou como avanço o esforço realizado para garantir maior reconhecimento e inserção dessas populações nas ações e programas do MDA.

Por fim, reforçou a importância de ampliar a divulgação das conquistas alcançadas pelas políticas públicas, argumentando que dar visibilidade aos resultados positivos fortalece os movimentos sociais, suas bases de atuação e a defesa da continuidade dos programas. Encerrando sua participação, reafirmou o compromisso do movimento com a construção, o aperfeiçoamento e a consolidação das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e das populações do campo, das águas e das florestas.

Vanderley Ziger

Para encerrar a mesa, Vanderley intervém para agradecer as contribuições dos movimentos sociais presentes, destacando a importância das organizações na defesa, no acompanhamento e no aperfeiçoamento das políticas públicas. Ressaltou que o reconhecimento dos avanços alcançados deve caminhar junto à continuidade da mobilização social, considerada fundamental para a consolidação e ampliação das ações governamentais voltadas à agricultura familiar.

Durante sua intervenção, apresentou informações sobre a próxima etapa do Programa Da Terra à Mesa, voltada ao semiárido, que deverá ser financiada com recursos do Fundo Garantia-Safra. Segundo o secretário, a iniciativa representa um importante avanço na articulação entre políticas de apoio produtivo e estratégias de adaptação às mudanças climáticas, ampliando o alcance das ações já desenvolvidas pelo programa.

O secretário também abordou as discussões em andamento para a construção do novo Plano Safra da Agricultura Familiar, previsto para ser lançado em julho. Nesse contexto, destacou a relevância dos subsídios públicos destinados ao crédito rural, explicando que os recursos governamentais permitem oferecer financiamentos com juros reduzidos às(os) agricultoras(es) familiares. A partir dessa reflexão, defendeu a necessidade de ampliar o debate sobre a destinação desses subsídios, buscando fortalecer iniciativas voltadas à agroecologia, à produção de alimentos saudáveis e à transição dos sistemas produtivos.

Em sua avaliação, parte dos recursos atualmente utilizados para subsidiar determinadas modalidades de financiamento poderia contribuir para fortalecer programas estruturantes de apoio à agricultura familiar, ampliando investimentos em ações de fomento produtivo, assistência técnica e organização dos territórios. Ressaltou que esse debate envolve escolhas de política pública e exige participação social, diálogo institucional e construção coletiva de consensos.

Outro ponto destacado foi a necessidade de fortalecer o acesso de públicos historicamente excluídos das políticas de crédito rural, especialmente mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. O secretário observou que, apesar dos avanços registrados nos últimos anos, ainda persistem obstáculos relacionados à documentação, à regularização fundiária e ao acesso aos serviços financeiros, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Ao refletir sobre o futuro do Programa Da Terra à Mesa, afirmou que a experiência acumulada pelos projetos em execução demonstra o potencial da iniciativa para se consolidar como uma política pública permanente. Para isso, destacou a importância de combinar instrumentos de fomento produtivo com mecanismos de financiamento adequados às diferentes realidades da agricultura familiar, ampliando as condições para que mais agricultoras(es) possam acessar recursos, investir na produção e fortalecer processos de transição agroecológica.

Encerrando sua participação, o secretário reafirmou a expectativa de lançamento de um novo Plano Safra robusto para a agricultura familiar e ressaltou que os próximos investimentos deverão fortalecer tanto a produção de alimentos saudáveis quanto as estratégias de adaptação climática, consideradas centrais para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais brasileiros.

Encerramento: Cecília Tayse - Coordenadora-Geral de Formação, Construção do Conhecimento e Fomento à Ater (Dater/SAF/MDA)

“Foram dias intensos, mas também profundamente inspiradores. Dias de encontros, reencontros, escuta atenta, partilha de saberes e construção coletiva. Dias em que pudemos perceber, mais uma vez, que as políticas públicas ganham vida quando encontram as pessoas, os territórios e os sonhos de quem acredita na transformação social.

Tivemos a oportunidade de conhecer mais de perto a diversidade e a riqueza das ações desenvolvidas pelas universidades e institutos federais em diferentes regiões do país. Em cada relato, em cada experiência apresentada, vimos a força de uma política pública construída em diálogo com os sujeitos do campo, das águas, das florestas e, cada vez mais, também das cidades. Vimos histórias que revelam resistência, criatividade, compromisso e esperança.

Ao longo das apresentações, das mesas e dos debates, ficou evidente a qualidade do trabalho que vem sendo realizado. Conhecemos experiências de formação, pesquisa, extensão e assistência técnica que têm produzido mudanças concretas na vida das pessoas e fortalecido comunidades inteiras. Também vimos uma produção extraordinária de materiais pedagógicos, livros, vídeos, metodologias e processos formativos que precisam circular ainda mais, inspirando novas práticas e ampliando seu alcance.

Talvez uma das mensagens mais bonitas que este encontro nos deixa seja a importância de fortalecermos os laços que nos unem. Conexões entre projetos, instituições, territórios e, sobretudo, entre pessoas. Porque é na construção dessas pontes que ampliamos nossa capacidade de transformar realidades.

Nesse sentido, emerge como um importante desafio para o MDA e para o Dater a construção de estratégias que promovam maior integração das ações e projetos executados por meio dos TEDs nos territórios, potencializando sinergias, evitando sobreposições e ampliando os impactos das iniciativas já desenvolvidas.

Outro tema que apareceu de forma muito forte foi justamente a Formação de Extensionistas e Agentes de Ater, tema central deste encontro. Nos trabalhos em grupo realizados, os GTs debateram propostas de diretrizes orientadas pela construção de uma metodologia de formação diversificada e, ao mesmo tempo, fundamentada nos princípios da educação popular, inspirada na perspectiva Freiriana. Dessas discussões também surgiu a proposta de articulação de várias universidades em rede, contribuindo para a construção da governança da futura Escola Nacional e do Programa Nacional de Formação.

Esse debate trouxe ainda reflexões importantes sobre a diversidade dos territórios, os conceitos que orientam nossa atuação e as formas de trabalhar essas diferentes realidades. Como resultado, saímos deste encontro com um conjunto de propostas de diretrizes que servirão de referência para os próximos passos desse processo coletivo.

Saímos também com um compromisso político fundamental: fortalecer a identidade e a visibilidade das ações que realizamos nos territórios como ações do Governo Federal. O trabalho desenvolvido por cada instituição parceira materializa políticas públicas construídas coletivamente e precisa ser reconhecido como parte desse esforço nacional de reconstrução e fortalecimento do Estado. Neste ano, em especial, é imprescindível que esse lugar esteja claramente demarcado. Que as comunidades, os agricultores e agricultoras, os povos e territórios saibam que essas iniciativas são fruto de uma ação pública comprometida com a inclusão, a democracia, a produção de conhecimento e a garantia de direitos.

Ao mesmo tempo, este encontro reafirma algo que é fundamental: existe uma rede comprometida, qualificada e profundamente engajada na construção de um

desenvolvimento rural sustentável, inclusivo e democrático. E essa rede é formada por cada um e cada uma que participou deste encontro.

Registramos um agradecimento muito especial a todos os professores e professoras, aos coordenadores e coordenadoras dos Termos de Execução Descentralizada – TEDs, aos colaboradores, bolsistas, estudantes, monitores, agricultores e agricultoras que fazem parte dessa construção coletiva.

O comprometimento de cada um e cada uma tem sido fundamental para que as universidades e as instituições públicas de ensino superior ultrapassem seus muros e alcancem os territórios onde as transformações acontecem. É por meio desse trabalho que o conhecimento chega ao campo, contribui para a formação de agricultores/as, jovens e mulheres rurais e fortalece processos educativos comprometidos com a transformação social.

Falamos de iniciativas que dialogam com temas essenciais para o presente e o futuro do país, como o feminismo, o antirracismo, a sustentabilidade, a valorização dos povos indígenas e de seus territórios, a agricultura urbana e tantas outras pautas que ampliam direitos, promovem inclusão e fortalecem a cidadania.

Agradecemos também à equipe do MDA, especialmente ao Dater/SAF, pelo empenho na construção deste espaço de diálogo, aprendizado e cooperação.

Concluimos hoje uma etapa de trabalho que certamente produzirá desdobramentos importantes nos próximos meses. Levamos conosco novos aprendizados, novas conexões e a certeza de que ninguém transforma a realidade sozinho. É a força do coletivo, da parceria e da confiança mútua que nos permite seguir adiante.

Que possamos transformar as reflexões construídas nestes dias em ações concretas, fortalecendo cada vez mais a política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural, os processos de formação nos territórios brasileiros e a presença do Governo Federal junto às populações que mais precisam de políticas públicas vivas, presentes e transformadoras.”